



MUNICÍPIO DA NAZARÉ

Av. Vieira Guimarães
262 55 00 10
geral@cm-nazare.pt

2.º SEMESTRE
2021



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAM

 vimeo.com/municipiodanazare

 facebook.com/cmnazare

 instagram.com/municipiodanazare/



INTRODUÇÃO

Enquadramento Geral

O Município da Nazaré é um Município de média dimensão, constituído por três Freguesias (Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades), e uma população residente de cerca de 15.000 habitantes, uma área geográfica de 82,5 km², apresentado uma economia local assente na terciarização, muito por força do incremento do turismo e da prestação de serviços associada a atividade. A agricultura, continua a ter um papel relevante nas Freguesias de Famalicão e Valado dos frades, onde existem importantes explorações agrícolas. Acresce a atividade piscatória, igualmente relevante na economia local.

A nível socioeconómico o Município possui um índice de poder de compra superior à média nacional. A aposta na promoção e divulgação do concelho da Nazaré, tem vindo a atrair maior número de visitantes.

O ano de 2021, continuou a ser fortemente influenciado pela pandemia COVID-19, e pelas conseqüentes medidas tomadas pelo executivo municipal, de combate à mitigação da mesma.

O Município, em 31/12/2021, dispunha de 252 colaboradores.

A dívida total do Município apresentava no final do ano de 2021, um valor de 32.058.769,95 €, sendo 30.825.800,95 € dívida de médio e longo prazo, composta por empréstimos no valor de 29.972.936,06 €, dos quais 29.166.318,89 € do FAM e 806.617,17 € aos bancos e por outras contas a pagar no valor de 852.864,89 €. A dívida de curto prazo representava 1.232.969,00 €, maioritariamente dívida a fornecedores, bem como a outros credores. Do valor da dívida de curto prazo, os mais significativos são: dívida de empréstimos exigíveis no curto prazo no valor de 1.017.213,48 €, dívida ao Estado e outros entes públicos no valor de 126.294,06 € e dívida a fornecedores c/c no valor de 79.381,37 €.

Veja-se o quadro seguinte, com a estrutura da dívida:



| RUBRICAS | 31/12/2021 | | |
|----------------------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| | Balço | Dívida | % |
| PASSIVO NÃO CORRENTE (MÉDIO E LONGO PRAZOS) | | | |
| Financiamentos obtidos | 29 972 936,06 | 29 972 936,06 | 93,49% |
| Outras contas a pagar | 852 864,89 | 852 864,89 | 2,66% |
| Outras contas a pagar - valores a regularizar | 141 010,72 | 0,00 | 0,00% |
| Total de débitos médio e longo prazos | 30 966 811,67 | 30 825 800,95 | 96,15% |
| PASSIVO CORRENTE (CURTO PRAZO) | | | |
| Fornecedores: | | | |
| Fornecedores c/c | 79 381,37 | 79 381,37 | 0,25% |
| Financiamentos obtidos | 1 017 213,48 | 1 017 213,48 | 3,17% |
| Fornecedores de investimentos | 889,14 | 889,14 | 0,00% |
| total "fornecedores" | 1 097 483,99 | 1 097 483,99 | 3,42% |
| Outros: | | | |
| Estado e outros entes públicos | 126 294,06 | 126 294,06 | 0,39% |
| Outras contas a pagar (1) | 9 190,95 | 9 190,95 | 0,03% |
| total "outros" | 135 485,01 | 135 485,01 | 0,42% |
| Total de débitos curto prazo | 1 232 969,00 | 1 232 969,00 | 3,85% |
| DÍVIDA TOTAL | | 32 058 769,95 | 100,00% |

(1) Sem acréscimos de gastos e diferimentos

O Município da Nazaré obteve o visto do Tribunal de Contas do empréstimo FAM a 27 de dezembro de 2018 no valor global de 35.242.011,80 €, tendo recebido uma tranche em 31 de dezembro de 2018 no valor de 9.953.507,66 €, outra a 3 de janeiro de 2019 no valor de 17.139.280,17 €, outra a 16 de agosto de 2019 no valor de 2.015.518,20 €, e outra a 14 de maio de 2021 no valor de 1.850.000,00 €, perfazendo um total recebido à data de 30.958.306,03 €.

Deste valor, foi pago no exercício de 2018 o valor de 9.953.507,66 € à Direção Geral do Tesouro e Finanças para liquidação do valor em dívida referente aos empréstimos PREDE e ATU.

Durante o ano de 2019 foram feitos pagamentos no valor de 18.688.861,56 €, sendo que 11.946.677,52 € eram relativos a factoring e 6.742.184,04 € eram relativos a fornecedores. Foi feita também uma amortização extraordinária do empréstimo do FAM no valor de 435.141,24 €.

Durante o ano de 2020 foram feitos pagamentos no valor de 23.749,57 € relativos a fornecedores, ficando em dívida o valor de 1.420,35 € que é referente a um processo judicial em curso e do qual se aguarda decisão.

No decorrer do ano de 2021 foi feito um pagamento no valor de 1.850.000 € relativo ao processo da Ecoambiente, constante na PRD – Passivos contingentes. Foi feita também uma amortização extraordinária do empréstimo do FAM no valor de 520.000,00 €.



Enquadramento legal e contratual

O Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), introduz mecanismos que se destinam a garantir o acautelamento de desvios sinalizados por indicadores financeiros e, se necessário, de recuperação financeira municipal.

O Município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira. O processo de recuperação financeira determina o recurso a um mecanismo de recuperação financeira municipal, nos termos a definir por diploma próprio, no caso, o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O regime jurídico da recuperação financeira municipal e o FAM, encontram-se regulamentados nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, com as posteriores alterações introduzidas.

Neste âmbito, determina o artigo 23.º daquele dispositivo legal, que os Municípios devem apresentar uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), a qual, deve conter um conjunto de medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição da dívida total até ao limite legal admissível, com base nos mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência financeira.

Neste pressuposto e ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 54/2014, de 25 de agosto (LFAM) na sua atual redação, o Município da Nazaré apresentou ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), em 7 de junho de 2017, uma primeira proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), na qual, estimava um valor de empréstimo de cerca de 33,23 milhões de euros e um prazo de vida do mesmo de 33 anos.

Em consequência do processo negocial decorrido entre o Município, os credores e o FAM, viria a ser reformulada em outubro de 2018 e ainda em dezembro de 2018 a proposta inicial do PAM.

Na proposta final, que substitui as anteriores, o Município apresentou a reformulação dos cenários de ajustamento, a saber:

- Concessão de um financiamento de Assistência Financeira até ao valor de 35.242.012 €, com uma utilização prevista de 32.138.426 €, para fazer face ao pagamento da dívida total renegociada e de 3.103.586 € relacionado com passivos contingentes.



A proposta final de PAM, foi aprovada pela Comissão Executiva do FAM, em 2 de outubro de 2018, após parecer da Comissão de Acompanhamento nos termos da alínea c) do artigo 9º da LFAM.

A Assembleia Municipal da Nazaré deliberou, sob proposta do órgão executivo, na sua sessão de 23 de outubro de 2018, todo o procedimento FAM.

O procedimento FAM obteve visto do Tribunal de Contas em 27 de dezembro de 2018.

Do lado da receita, foram adotadas no PAM, as seguintes medidas de otimização da receita municipal:

- ✓ Aplicação da taxa máxima de 5% para a participação variável no IRS;
- ✓ Fixação da taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,45% que permita a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM;
- ✓ Aplicação da taxa máxima, na percentagem de 1,5%, da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas;
- ✓ Manutenção da aplicação da majoração em 30 % no IMI, para imóveis em mau estado de conservação;
- ✓ Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do Município;
- ✓ Fixação dos preços a cobrar nos setores do saneamento, água e resíduos de acordo com as recomendações da entidade reguladora daqueles setores (ERSAR), pelo prazo de vigência do PAM;
- ✓ Otimização de rendas de utilização do espaço público, com a atualização dos regulamentos respetivos;
- ✓ Otimização de taxas, multas e outras penalidades, com a atualização dos regulamentos respetivos, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município;
- ✓ Otimização de processos da aplicação de coimas, e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município;
- ✓ Revisão de todos os regulamentos municipais por forma a adaptá-los à legislação e à atualização anual das tabelas municipais de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais;
- ✓ Utilização da receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorrer da venda de bens de investimento;



- ✓ Efetuar as comunicações legalmente previstas, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas anteriores, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira;
- ✓ Informar o FAM acerca do cumprimento das comunicações referidas na alínea anterior, apresentando as evidências de tal cumprimento.

Relativamente à despesa, o Município aplicou as seguintes medidas:

- ✓ Não apresentar aumentos de despesa com pessoal superior à taxa de inflação, sem prejuízo dos limites quantitativos estabelecidos quanto à redução do número de funcionários respeitando a legislação vigente (aposentações), bem como garantir um nível de despesas com pessoal inferior a 30 % da receita efetiva;
- ✓ Não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, bem como a introdução de limites ao número de horas extraordinárias por setores e reforço dos mecanismos de controlo sobre o pagamento de todo o tipo de abonos variáveis e eventuais;
- ✓ Racionalização da despesa na aquisição de serviços, em termos gerais, mediante análise de valores mensais e fixação de requisitos para novas contratações e renovações, por forma a reduzir as despesas, bem como renegociar os contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia, higiene e limpeza e outros;
- ✓ Racionalização da despesa na aquisição de serviços, em termos gerais, e na aquisição de serviços de estudos, pareceres, projetos e consultadoria;
- ✓ Racionalização da despesa na aquisição de bens, em termos gerais, e na aquisição de bens de limpeza e higiene e outros bens;
- ✓ Racionalização da despesa com a prestação de apoios, com a otimização dos mesmos, a instituições e outros serviços da administração local;
- ✓ Racionalização da despesa com prestações a empresas municipais e intermunicipais;
- ✓ Racionalização da despesa com outras despesas correntes;
- ✓ Apresentação de uma nova Norma de Controlo Interno, implementação da Contabilidade de Custos e reformulação dos procedimentos de orçamentação;
- ✓ Análise exaustiva de todos os protocolos existentes no Município, por forma a avaliar a sua pertinência, bem como os termos em que os mesmos foram celebrados com instituições e outros serviços da administração local;
- ✓ Reanálise de todos os regulamentos de atribuição de apoios, tendo em vista a introdução de critérios bastante rigorosos na sua atribuição, bem como na aferição/avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos a alcançar;
- ✓ Condicionamento no que respeita à realização de despesa com aquisição de bens de capital, cofinanciada por fundos europeus, à efetiva aprovação das



candidaturas lançadas no âmbito dos programas nacionais e europeus e ao montante elegível previsto.

O presente relatório sintetiza os principais elementos de acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Município com o FAM e espelhados na cláusula 6ª (Monitorização) do Contrato de Programa de Ajustamento Municipal, relativamente ao ano de 2021.

Nestes termos, a análise centrar-se-á sobre os seguintes aspetos:

- Grau de implementação das medidas de Reequilíbrio Orçamental da receita;
- Grau de implementação das medidas de Reequilíbrio Orçamental da despesa;
- Medidas do executivo municipal para o cumprimento do plano;
- Controlo Orçamental da despesa do ano de 2021, e respetivos desvios face ao previsto no PAM;
- Controlo Orçamental da receita do ano de 2021, e respetivos desvios face ao previsto no PAM.



REEQUILIBRIO ORÇAMENTAL

1. Reequilíbrio Orçamental da receita

A análise da descrição das medidas previstas no PAM e implementadas pelo Município no 2.º semestre de 2021, sua execução e impactos sobre a receita do Município, está espelhada no mapa “Listagem das Medidas de Reequilíbrio Orçamental – Receita - 2.º semestre de 2021”, constante do anexo 1, e que se passam a explicar.

A execução da receita atingiu os 148%, face ao estimado no PAM para o exercício de 2021.

Com as medidas de apoio às famílias, empresas locais e instituições sem fins lucrativos adotadas pelo Município da Nazaré, no seguimento do que já tinha feito no ano anterior, naturalmente esta situação traduziu-se numa quebra na arrecadação de receita em algumas rubricas orçamentais.

Na 5ª Sessão Ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2021, a Assembleia Municipal da Nazaré deliberou aprovar as medidas fiscais a vigorar em 2021, designadamente:

A primeira medida do PAM, “Aplicação da taxa máxima de 5% para a participação variável no IRS” a ser arrecadada em 2021 referente aos rendimentos no ano de 2020, encontra-se implementada desde o ano de 2014, e tem contribuído gradualmente para um acréscimo das receitas do Município, como se pode observar no quadro abaixo:

| Rubrica | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Participação Fixa no IRS | 337 857 | 442 958 | 437 886 | 408 482 | 449 604 | 458 958 | 509 839 | 549 931 |

Em 2021, a aplicação desta medida contribuiu para um acréscimo na receita de 212 mil euros, face ao ano de 2014. Por seu lado, no 2.º semestre de 2021, a receita arrecadada foi superior ao previsto no PAM em 38 mil euros (+16%). Em termos acumulados, o aumento situou-se nos 76 mil euros e apresentou uma execução de 549 mil euros.

A segunda medida do PAM, “Fixação da taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,45% que permita a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM”, e no âmbito do disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal, foram mantidas as taxas máximas a aplicar ao IMI, sendo que para os prédios urbanos



avaliados no âmbito do CIMI é aplicada a taxa de 0,45% sobre o valor patrimonial tributário. Observe-se o seguinte quadro, com a receita efetiva desde 2014:

| Rubrica | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Receita de IMI | 4 225 501 | 4 567 263 | 4 557 143 | 4 406 317 | 4 491 747 | 4 552 980 | 4 575 898 | 4 712 466 |

No final de 2021, esta medida contribuiu para um acréscimo da receita de 486 mil euros, face ao ano de 2014.

Por seu lado, no 2.º semestre de 2021, verificou-se um decréscimo de cerca de 198 mil euros (-7,06%) face ao estimado no PAM. No exercício de 2021, o desvio negativo atenua para os 63 mil euros face ao PAM e a execução ascendeu aos 4,71 milhões de euros.

A terceira medida, “Aplicação da taxa máxima, na percentagem de 1,5%, da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas”, encontra-se implementada desde o ano de 2013 e tem contribuído para o acréscimo das receitas do Município, evidenciando uma recuperação na economia do Concelho da Nazaré, e uma capacidade das empresas locais para responderem positivamente às suas obrigações fiscais.

| Rubrica | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Derrama | 18 335 | 113 726 | 125 235 | 181 426 | 195 930 | 277 768 | 214 339 | 175 580 |

Assim, no final do exercício de 2021, esta medida contribuiu para um acréscimo da receita, em cerca de 157 mil euros, face ao ano de 2014. Tem sido um imposto que tem vindo a apresentar uma evolução crescente ao longo dos anos, à exceção dos últimos dois, onde se verifica uma quebra, situação que é reflexo da pandemia. Por seu lado, no 2.º semestre de 2021, verificou-se uma receita superior à estimada no PAM, na ordem dos 22 mil euros. No acumulado do ano de 2021, assistiu-se a um desvio positivo de 7 mil euros, com uma execução de 175 mil euros.

Estas decisões da Assembleia Municipal da Nazaré foram comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira através do portal, no dia 14 de dezembro de 2020 e enviadas à Comissão Executiva do FAM para conhecimento, conforme mencionado nas medidas 12 e 13.

A quarta medida, “Manutenção da aplicação da majoração em 30% no IMI, para imóveis em mau estado de conservação” tem um impacto pouco significativo.

A quinta medida, “Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do Município” não tem aplicabilidade no Município, porquanto os benefícios fiscais e as isenções de taxas concedidas pelo



Município são apenas as que decorrem da Lei, e que por isso mesmo, têm de ser respeitadas.

A sexta medida, “Fixação dos preços a cobrar nos setores do saneamento, água e resíduos de acordo com as recomendações da entidade reguladora daqueles setores (ERSAR), pelo prazo de vigência do PAM” encontra-se implementada desde 2015 e será sempre atualizada quando for caso disso, seja por recomendação ou novos regulamentos da ERSAR. Os preços praticados estão de acordo com o sugerido pelo regulador e têm por base o preço de custo de exploração.

A sétima medida, “Otimização de rendas de utilização do espaço público, com a atualização dos regulamentos respetivos”, apresenta uma receita inferior face ao que foi previsto no PAM, no 2.º semestre de 2021 de 90 mil euros. No total do exercício do ano de 2021, o desvio foi favorável na ordem dos 42 mil euros.

As medidas 8 e 9, “Otimização de taxas, multas e outras penalidades, com a atualização dos regulamentos respetivos, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município”, apresentam uma receita inferior em 84 mil euros face ao que está inscrito no PAM para o 2.º semestre de 2021. Em termos acumulados, houve um decréscimo na receita relativamente à cobrança de taxas, multas e outras penalidades de 150 mil euros face ao que está inscrito no PAM para o ano de 2021. Esta redução resulta em grande parte da situação pandémica que vive o país, o que levou o Município da Nazaré a deliberar a não aplicar ou a reduzir algumas taxas e tarifas de algumas atividades e equipamentos em consequência das medidas de combate à pandemia COVID 19. De referir ainda que os processos de contraordenação e as execuções fiscais foram suspensas por força da Lei, no âmbito das medidas aplicadas no período pandémico.

Importa ainda referir que, com a implementação do SNC-AP, a classificação de receita em Impostos Indiretos (POCAL), passa a ser utilizada na classificação Taxas, Multas e Outras Penalidades, que naturalmente origina uma reclassificação no controlo de desvios destas rubricas face ao previsto no PAM.

Estas medidas estão a ser cumpridas, nomeadamente através da aprovação em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 4 de junho de 2018 e da deliberação em sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré do dia 29 de junho de 2018, do novo Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município da Nazaré e respetiva atualização da tabela de taxas e tarifas feita anualmente.

Também a medida da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município foi cumprida, tendo saído as primeiras citações de execução fiscal em julho de 2018 com continuação nos anos seguintes.



Quanto à medida 10, “Revisão de todos os regulamentos municipais por forma a adaptá-los à legislação e à atualização anual das tabelas municipais de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais”, esses cuidados existem e, progressivamente, tem sido efetuada a atualização dos regulamentos municipais. No que se refere ao das taxas propriamente dito, a atualização é feita anualmente, estando em curso um processo de revisão geral ao mesmo, para o adaptar à recente legislação, nas mais diversas áreas.

A medida 11, “Utilização da receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorrer da venda de bens de investimento”. Esta medida tem sido uma das premissas deste executivo nos últimos anos. Tem sido paga dívida a fornecedores, e tem sido amortizada dívida dos empréstimos, reduzindo o endividamento municipal e o Prazo Médio de Pagamentos.

No que concerne às medidas 12 e 13, e conforme já escrito acima, as comunicações legalmente previstas são comunicadas atempadamente à AT e dada a consequente informação ao FAM.

2. Reequilíbrio Orçamental da despesa

Relativamente à análise da descrição das medidas prevista no PAM no 2.º semestre de 2021, sua execução e impacto sobre as despesas do Município, encontra-se explicada no mapa “Listagem das Medidas de Reequilíbrio Orçamental – Despesa - 2.º semestre de 2021”, constante do anexo 2.

Os principais mecanismos de recuperação financeira municipal, do lado da despesa encontram-se implementados, utilizando-se apenas os mecanismos disponibilizados pelo FAM especificamente ao nível da reestruturação da dívida com os credores.

O Município da Nazaré adotou um conjunto de medidas excecionais e temporárias, que julgou adequadas, como forma de mitigar a propagação do coronavírus SARS-CoV-2, assim como de combate aos efeitos nefastos de ordem económico-financeira, social e de saúde pública, para apoiar e dar resposta às necessidades do tecido empresarial local, às famílias e a instituições sem fins lucrativos.

O Município utilizou a possibilidade de moratória das amortizações do empréstimo de assistência financeira do FAM previstas para o ano de 2021, na ordem dos 765 mil euros. No entanto, no final do ano, com excedentes de tesouraria, o Município optou por efetuar uma amortização extraordinária do empréstimo no valor de 520 mil euros.



Em termos de execução da despesa no ano de 2021, a mesma atingiu os 146% face ao estimado no PAM e encontra-se no mesmo sentido que a execução registada na receita (148%).

Assim:

Relativamente à primeira medida “Não apresentar aumentos de despesa com pessoal superior à taxa de inflação, sem prejuízo dos limites quantitativos estabelecidos quanto à redução do número de funcionários respeitando a legislação vigente (aposentações), bem como garantir um nível de despesas com pessoal inferior a 30 % da receita efetiva”, as despesas com pessoal registaram um acréscimo de 416 mil euros face ao previsto em sede de PAM no 2.º semestre de 2021 e apresentaram um acréscimo de 753 mil euros no acumulado do ano. Esta variação está diretamente relacionada com a transferência de competências na área da educação, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela mobilidade interna e com a subida no salário mínimo nacional, sendo que no final do ano, o nível de despesas com pessoal é inferior a 30 % da receita efetiva. Importa referir que o acréscimo da receita do período acomodou o acréscimo registado nas despesas de pessoal.

A segunda medida “Não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, bem como a introdução de limites ao número de horas extraordinárias por setores e reforço dos mecanismos de controlo sobre o pagamento de todo o tipo de abonos variáveis e eventuais”, registou no 2.º semestre de 2021 um ligeiro aumento de 3 mil euros nas despesas de abonos variáveis e eventuais. No acumulado do ano de 2021, verificou-se uma redução de 26 mil euros.

A terceira e quarta medidas “Racionalização da despesa na aquisição de serviços, em termos gerais, mediante análise de valores mensais e fixação de requisitos para novas contratações e renovações, por forma a reduzir as despesas, bem como renegociar os contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia, higiene e limpeza e outros” e “Racionalização da despesa na aquisição de serviços, em termos gerais, e na aquisição de serviços de estudos, pareceres, projetos e consultadoria”, a despesa apresenta um desvio desfavorável em sede de PAM, de cerca de 743 mil euros no 2.º semestre de 2021. Em termos acumulados no ano, o desvio situa-se nos 1,5 milhões de euros. O Município efetuou pagamentos constantes na PRD – passivos contingentes de cerca de 906 mil euros, pelo que expurgando este pagamento, o desvio desfavorável fica em cerca de 643 mil euros. Para esta situação contribui a aplicação das medidas tomadas pelo Município, de prevenção e combate à pandemia causada pela COVID 19, nomeadamente ao nível de aquisição de materiais de limpeza e higiene, aquisição de bens de proteção individual, de aquisição de serviços de limpeza, de serviços de vigilância e segurança, entre outros.



Relativamente à quinta medida “Racionalização da despesa na aquisição de bens, em termos gerais, e na aquisição de bens de limpeza e higiene e outros bens”, a despesa com aquisição de bens apresenta, no 2.º semestre de 2021 um desvio desfavorável em sede de PAM, de cerca de 129 mil euros. Em termos acumulados, houve um acréscimo de cerca de 267 mil euros. Este aumento resulta essencialmente da aquisição de bens no âmbito da pandemia que o país atravessa. Este acréscimo foi compensado com o acréscimo de receita corrente registada no período.

Quanto à sexta medida “Racionalização da despesa com a prestação de apoios, com a otimização dos mesmos, a instituições e outros serviços da administração local”, o Município efetuou pagamentos no valor de 446 mil euros no 2.º semestre de 2021, verificando-se um desvio desfavorável de 12 mil euros face ao previsto em sede de PAM. No acumulado do ano, o desvio desfavorável situa-se nos 196 mil euros. Este desvio resulta essencialmente da necessidade de reforçar os apoios a entidades e coletividades do concelho, bem como da compensação de 120 mil euros paga aos SMN pelo desconto dado na faturação da água, conforme deliberação da Câmara Municipal do dia 8 de março de 2021, devido à pandemia COVID-19.

Relativamente à sétima medida “Racionalização da despesa com prestações a empresas municipais e intermunicipais”, verifica-se, no 2.º semestre de 2021 um ligeiro desvio negativo de 13 mil euros execução face ao estimado em sede de PAM. No total do ano de 2021, o desvio é ligeiramente inferior, situando-se nos 10 mil euros.

Quanto à oitava medida “Racionalização da despesa com outras despesas correntes”, este tipo de despesa apresenta no 2.º semestre de 2021 uma execução de 302 mil euros, o que se traduz num desvio desfavorável de cerca de 76 mil euros face à estimada em sede de PAM. Em termos acumulados, o desvio é desfavorável na ordem dos 140 mil euros. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento do valor da quotização da Oestecim.

Relativamente à nona medida “Apresentação de uma nova Norma de Controlo Interno, implementação da Contabilidade de Custos e reformulação dos procedimentos de orçamentação”, o Município aprovou em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 14 de agosto de 2018 a Norma de Controlo Interno que se encontra em vigor, visando estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos de controlo que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades inerentes à evolução patrimonial, de forma ordenada e eficiente e à preparação oportuna de informação financeira fiável. Quanto à implementação da Contabilidade de Custos, esta tem vindo a ser feita de forma gradual e espera-se que a breve prazo esteja totalmente implementada.



As medidas 10 e 11 “Análise exaustiva de todos os protocolos existentes no Município, por forma a avaliar a sua pertinência, bem como os termos em que os mesmos foram celebrados com instituições e outros serviços da administração local” e “Reanálise de todos os regulamentos de atribuição de apoios, tendo em vista a introdução de critérios bastante rigorosos na sua atribuição, bem como na aferição/avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos a alcançar”, estão a ser levadas a cabo pelo Município, sendo objeto de análise mais exaustiva e da aplicação de critérios mais apertados, nomeadamente no que se refere à atribuição de apoios financeiros.

A décima segunda e última medida “Condicionamento no que respeita à realização de despesa com aquisição de bens de capital, cofinanciada por fundos europeus, à efetiva aprovação das candidaturas lançadas no âmbito dos programas nacionais e europeus e ao montante elegível previsto”, está a ser concretizada, tendo o Município realizado recentemente uma reformulação e reprogramação do quadro de financiamento e prioridades de investimento no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, já englobada na concretização desta medida.

Face ao acima exposto, no 2.º semestre de 2021, registou-se um acréscimo de pagamentos de 3,1 milhões de euros face ao previsto no PAM. A execução da despesa ascendeu ao valor de 9,4 milhões de euros no período. Já no total do ano de 2021, o desvio da despesa é desfavorável em cerca de 5,7 milhões de euros face ao previsto no PAM. Este desvio deve-se essencialmente ao aumento verificado nas despesas com aquisição de serviços e juros, no âmbito do pagamento realizado constante na PRD – Passivos contingentes. Expurgando o pagamento de 1.85 milhões de euros atrás referido, e que foi efetuado utilizando o desembolso da tranche do empréstimo de assistência financeira, o desvio reduz-se para os 3,8 milhões de euros, compensado pelo desvio favorável verificado na receita total. Este desvio deve-se ao aumento verificado nas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital.



3. COVID-19

Como é do conhecimento geral, o ano de 2021 ainda foi marcado pela pandemia da COVID-19 que modificou a forma de viver por esse mundo fora e acarreta grandes constrangimentos socioeconómicos e consequentes impactos nas economias mundiais e locais de cada país.

O Município da Nazaré não foge à regra, e no intuito de minimizar os impactos negativos nos seus municípios e na economia local, aprovou um pacote de medidas, que tiveram e terão efeitos nas contas municipais, nomeadamente ao nível da despesa, mas também na redução de receita.

No decorrer do ano de 2021, ao nível da despesa no âmbito do COVID-19, pode observar-se o quadro seguinte.

| Despesas destinadas a medidas de combate aos efeitos da COVID-19 - Ano 2021 | Obrigações | Despesa Paga |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------|
| Aquisição de bens e serviços | 146 635,08 | 146 635,08 |
| Transferências correntes e subsídios | 154 565,26 | 153 819,65 |
| Aquisição de bens de capital | 84,99 | 84,99 |
| Total | 301 285,33 | 300 539,72 |



PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

Assistência Financeira

1. O PRD aprovado no âmbito do FAM ascendeu a cerca de 32.138.426 €, de acordo com o disposto no contrato de empréstimo de assistência financeira celebrado entre as duas entidades, e visado pelo Tribunal de Contas.

O primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, no valor de 27.092.787,83 €, deu entrada no Município, uma parte em 31 de dezembro de 2018 no valor de 9.953.507,66 € e outra a 3 de janeiro de 2019 no valor de 17.139.280,17 €.

Por seu lado, os pagamentos correspondentes à 1.ª tranche da assistência financeira, respeitando a calendarização e prioridade prevista no PRD ocorreram entre os meses de janeiro e fevereiro e em junho de 2019, conforme reportado no relatório de acompanhamento do 4.º trimestre de 2019.

O segundo desembolso do empréstimo de assistência financeira, no valor de 2.015.518,20 €, deu entrada no Município a 16 de agosto de 2019.

Os respetivos pagamentos ocorreram nos meses de agosto e setembro de 2019, conforme reportado no relatório de acompanhamento do 4.º trimestre de 2019.

Em janeiro de 2020 foi pago o valor de 23.749,57 €, previsto no PRD.

O terceiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, no valor de 1.850.000,00 €, deu entrada no Município a 14 de maio de 2021.

Este desembolso serviu para pagar um processo que constava na PRD, nos passivos contingentes. O pagamento ocorreu no mês de maio de 2021.

Importa, no entanto, referir que do PRD aprovado no procedimento FAM, cerca de 3.118.201 milhões de euros, repartidos em 2.971.236 milhões de euros de fornecedores e 146.965 mil euros de operações de factoring foram entretanto, pagos, recorrendo para o efeito, a recursos próprios do Município, conforme reportado no relatório de acompanhamento do 4.º trimestre de 2019.

Dos valores pagos pelos reembolsos do empréstimo de assistência financeira, cerca de 9,95 milhões de euros dizem respeito a dívidas à Direção Geral do Tesouro e Finanças, dívida relativa aos empréstimos de médio e longo prazo PREDE e ATU, e ao FAM, e



cerca de 6,7 milhões de euros a fornecedores, conforme descrito no relatório de acompanhamento do 4.º trimestre de 2019.

Já quanto às dívidas resultantes de operações de factoring, foram pagos cerca de 11,9 milhões de euros.

De acordo com a ficha do Município do final de 2019 (última disponível à data), efetuada pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, o prazo médio de pagamentos (PMP) do Município da Nazaré, no final do ano de 2019 (Prestação de Contas) apresentava um prazo de 135 dias. De referir que, no período homólogo de 2018, o mesmo prazo ascendia a 841 dias, revelando um bom indicador da gestão de tesouraria do Município. No final do ano de 2021, o Município já não tem pagamentos em atraso.

O Município utilizou a possibilidade de moratória das amortizações do empréstimo de assistência financeira do FAM previstas para o ano de 2021, na ordem dos 765 mil euros. No entanto, no final do ano, com excedentes de tesouraria, o Município optou por efetuar uma amortização extraordinária do empréstimo no valor de 520 mil euros.

2. Medidas do executivo para o cumprimento do plano

O Executivo Municipal está a implementar o proposto e acordado no PAM, nomeadamente na racionalização na autorização das despesas e respetivos compromissos, bem como na otimização na arrecadação de receita.

3. Quanto à análise dos limites quantitativos para o 2.º semestre de 2021, da despesa constantes no PAM face à execução verificada no mapa de Controlo Orçamental da Despesa, constante no Anexo 3 “Análise dos Desvios entre a Estimativa da Despesa no PAM e a Execução Orçamental da Despesa no 2.º semestre de 2021”, importa referir que no 2.º semestre de 2021, o total da despesa registou um desvio desfavorável de cerca de 3,1 milhões de euros (+49,38%), relativamente ao estimado no PAM. No total do ano de 2021, o desvio situou-se na ordem dos 5,7 milhões de euros.

Foi recebido um desembolso do empréstimo de assistência financeira, o que permitiu efetuar um pagamento no valor de 1,85 milhões de euros, constantes na PRD – Passivos contingentes. Expurgando este pagamento, o desvio reduz-se e passa a ser de 3,8 milhões de euros.



Relatório de Monitorização do 2.º Semestre de 2021 - FAM

| Designação | Despesa 2º Semestre 2021 | | Grau de execução | | Desvios | Despesa 2º Semestre 2021 | | Grau de execução | | Desvios |
|-------------------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------|----------------|----------------|--------------------------|----------------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| | Previsão PAM | Realizado | Desvio | % | | Pagamentos FAM | Realizado Expurgado do FAM | Desvio Expurgado do FAM | % | |
| Despesas com o pessoal | 1 996 993,50 | 2 413 113,01 | 416 119,51 | 120,84% | 20,84% | 0,00 | 2 413 113,01 | 416 119,51 | 120,84% | 20,84% |
| Remunerações certas e permanentes | 1 387 466,62 | 1 824 568,85 | 437 102,23 | 131,50% | 31,50% | 0,00 | 1 824 568,85 | 437 102,23 | 131,50% | 31,50% |
| Abonos variáveis ou eventuais | 89 535,65 | 93 358,05 | 3 822,40 | 104,27% | 4,27% | 0,00 | 93 358,05 | 3 822,40 | 104,27% | 4,27% |
| Segurança social | 519 991,23 | 495 186,11 | -24 805,12 | 95,23% | -4,77% | 0,00 | 495 186,11 | -24 805,12 | 95,23% | -4,77% |
| Aquisição de bens e serviços | 1 851 750,00 | 2 600 597,67 | 748 847,67 | 140,44% | 40,44% | 0,00 | 2 600 597,67 | 748 847,67 | 140,44% | 40,44% |
| Aquisição de bens | 205 000,00 | 334 833,74 | 129 833,74 | 163,33% | 63,33% | 0,00 | 334 833,74 | 129 833,74 | 163,33% | 63,33% |
| Aquisição de serviços | 1 646 750,00 | 2 265 763,93 | 619 013,93 | 137,59% | 37,59% | 0,00 | 2 265 763,93 | 619 013,93 | 137,59% | 37,59% |
| Juros e outros encargos | 300 340,05 | 283 427,65 | -16 912,40 | 94,37% | -5,63% | 0,00 | 283 427,65 | -16 912,40 | 94,37% | -5,63% |
| Transferências correntes | 434 054,00 | 446 847,59 | 12 793,59 | 102,95% | 2,95% | 0,00 | 446 847,59 | 12 793,59 | 102,95% | 2,95% |
| Subsídios | 342 500,00 | 355 499,98 | 12 999,98 | 103,80% | 3,80% | 0,00 | 355 499,98 | 12 999,98 | 103,80% | 3,80% |
| Outras despesas correntes | 226 351,00 | 302 608,03 | 76 257,03 | 133,69% | 33,69% | 0,00 | 302 608,03 | 76 257,03 | 133,69% | 33,69% |
| Total de despesas correntes | 5 151 988,55 | 6 402 093,93 | 1 250 105,38 | 124,26% | 24,26% | 0,00 | 6 402 093,93 | 1 250 105,38 | 124,26% | 24,26% |
| Aquisição de bens de capital | 633 266,00 | 2 417 299,11 | 1 784 033,11 | 381,72% | 281,72% | 0,00 | 2 417 299,11 | 1 784 033,11 | 381,72% | 281,72% |
| Transferências de capital | 34 251,00 | 42 639,81 | 8 388,81 | 124,49% | 24,49% | 0,00 | 42 639,81 | 8 388,81 | 124,49% | 24,49% |
| Passivos financeiros | 526 629,69 | 617 914,06 | 91 284,37 | 117,33% | 17,33% | 0,00 | 617 914,06 | 91 284,37 | 117,33% | 17,33% |
| Total de despesas de capital | 1 194 146,69 | 3 077 852,98 | 1 883 706,29 | 257,74% | 157,74% | 0,00 | 3 077 852,98 | 1 883 706,29 | 257,74% | 157,74% |
| Total de despesas | 6 346 135,24 | 9 479 946,91 | 3 133 811,67 | 149,38% | 49,38% | 0,00 | 9 479 946,91 | 3 133 811,67 | 149,38% | 49,38% |

Analisando o quadro supra, verificamos que no 2.º semestre de 2021, a Despesa Corrente, registou um desvio desfavorável de cerca de 1,25 milhões de euros, relativamente ao valor estimado no PAM (+24,26%).

Para este acréscimo contribuiu essencialmente o aumento da despesa paga nas rubricas de pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital.

Em termos globais, quanto à realização de despesa, foram cumpridos grande parte dos pressupostos definidos no PAM, não pondo em causa os mesmos.

Numa análise mais detalhada das principais rubricas da despesa corrente, verificou-se:

a) A execução da despesa com o pessoal no 2.º semestre de 2021 foi superior, em 416 mil euros que o previsto no PAM. Já no acumulado do ano, o valor da despesa com pessoal foi superior ao previsto em 753 mil euros.

Nas rubricas de remunerações certas e permanentes, registou-se uma variação desfavorável de cerca de 437 mil euros para o 2.º semestre de 2021 face ao previsto no PAM. Em termos acumulados, registou-se um desvio negativo de 759 mil euros. Este aumento está diretamente relacionado com a transferência de competências na área da educação consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com a mobilidade interna e com o aumento do salário mínimo nacional. Contudo, importa



referir que este acréscimo é acompanhado por um acréscimo de receita corrente transferida pelo IGEFE.

Nas rubricas de abonos variáveis ou eventuais, verificou-se uma ligeira variação desfavorável de 3 mil euros no 2.º semestre de 2021. Em termos acumulados, verifica-se uma redução de 26 mil euros face ao estimado em PAM.

As rubricas de segurança social apresentam uma diminuição na ordem dos 24 mil euros no 2.º semestre de 2021 face ao previsto em sede de PAM. No total do ano, o desvio favorável foi de 20 mil euros.

b) No que se refere às despesas com aquisições de bens e serviços, registou-se um desvio negativo de 748 mil euros no 2.º semestre de 2021 face ao previsto em sede de PAM. No acumulado do ano 2021, o desvio negativo situou-se nos 1,54 milhões de euros. Este aumento resulta do pagamento feito utilizando o desembolso do empréstimo de assistência financeira. Expurgando este pagamento, o desvio fica desfavorável em cerca de 643 mil euros. Foi compensado com o acréscimo de receita corrente registada no período, não afetando os objetivos propostos pelo Município no âmbito do PAM.

c) Quanto à rubrica de juros e outros encargos, verificou-se uma variação favorável na ordem dos 16 mil euros face ao previsto no PAM no 2.º semestre de 2021. No total do ano o desvio negativo foi de 890 mil euros. Este acréscimo no ano está relacionado com o valor pago de juros com o desembolso de tranche do empréstimo de assistência financeira. Expurgando este pagamento, o desvio fica favorável em cerca de 52 mil euros.

d) Relativamente às rubricas de transferências correntes, verificou-se um ligeiro desvio desfavorável em cerca de 12 mil euros no 2.º semestre de 2021 face ao estimado em sede de PAM. Em termos acumulados ocorreu um desvio desfavorável de 196 mil euros. Este desvio resulta essencialmente da necessidade de reforçar os apoios a entidades e coletividades do concelho, bem como da compensação de 120 mil euros paga aos Serviços Municipalizados da Nazaré, pelo desconto dado na faturação da água devido à pandemia COVID-19, conforme deliberação da Câmara Municipal do dia 8 de março de 2021.

e) A execução no 2.º semestre de 2021 da rubrica de subsídios, foi superior em 13 mil euros face ao previsto no PAM. Em termos acumulados, registou-se um desvio desfavorável de 10 mil euros.



f) Por último, a rubrica de outras despesas correntes, registou uma execução superior em cerca de 76 mil euros face ao previsto no PAM, para o 2.º semestre de 2021. Em termos acumulados, o desvio é também desfavorável e de cerca de 140 mil euros. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento do valor da quotização da Oestecim.

Em termos gerais, as despesas de capital apresentam um desvio superior face ao previsto no PAM de cerca de 1,8 milhões de euros para o 2.º semestre de 2021 e em termos acumulados de cerca de 2,1 milhões de euros. Este acréscimo reflete-se na rubrica de aquisição de bens de capital. Contudo importa referir que a receita de capital apresentou um desvio positivo de 1,4 milhões de euros face ao PAM. Este acréscimo não põe em causa os objetivos propostos pelo Município no âmbito do PAM.

Numa análise mais detalhada das principais rubricas de despesas de capital, verificou-se:

g) As aquisições de bens de capital registaram um desvio desfavorável de 1,7 milhões de euros face ao previsto para o 2.º semestre de 2021. No total do ano, o desvio situou-se nos 2,5 milhões de euros. O acréscimo da despesa nesta rubrica está diretamente relacionado com o pagamento dos projetos cofinanciados pelo FEDER, com o Município a ter efetuado pagamentos no ano de 2021 dos projetos: Novas Oficinas Municipais (800 mil euros), Requalificação do Parque de Estacionamento junto ao Porto de Abrigo da Nazaré (765 mil euros), Centro Escolar de Famalicão (543 mil euros), Reabilitação da Av. Vieira Guimarães (433 mil euros), Reabilitação das Piscinas Municipais (242 mil euros), Arranjos exteriores ao Largo do Centro Escolar e Pavilhão Desportivo de Famalicão (126 mil euros), entre outros.

h) Nas transferências de capital, no 2.º semestre de 2021 verificou-se um ligeiro desvio desfavorável de 8 mil euros e em termos acumulados, o desvio passa para favorável na ordem dos 7 mil euros face ao previsto no PAM.

i) Por fim, nos passivos financeiros ocorreu um desvio desfavorável face ao previsto no PAM de 91 mil euros no 2.º semestre de 2021. No acumulado do ano, o desvio é positivo e situou-se nos 337 mil euros. Esta situação deve-se ao facto no PAM ter sido contemplado valor para o pagamento do empréstimo do FAM, o que, devido à moratória das prestações de capital até ao final de 2021 e conseqüentemente não ter havido o respetivo pagamento que estava previsto. De qualquer forma, foi feito um pagamento extraordinário no final do ano ao FAM no valor de 520 mil euros.



Relatório de Monitorização do 2.º Semestre de 2021 - FAM

A despesa global acumulada realizada expurgada do pagamento constante na PRD – Passivos contingentes foi superior à despesa prevista em cerca de 3,8 milhões de euros, com uma execução de 16,2 milhões de euros no ano de 2021, não pondo em causa a concretização dos objetivos assumidos pelo Município junto do FAM, sendo as variações as que constam do quadro seguinte:

| Designação | Despesa 2021 | | Grau de execução | | Desvios | Despesa 2021 | | Grau de execução | | Desvios |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------|---------------|---------------------|----------------------------|-------------------------|----------------|---------------|
| | Previsão PAM | Realizado | Desvio | % | | Pagamentos FAM | Realizado Expurgado do FAM | Desvio Expurgado do FAM | % | |
| Despesas com o pessoal | 3 894 993,50 | 4 648 928,72 | 753 935,22 | 119,36% | 19,36% | 0,00 | 4 648 928,72 | 753 935,22 | 119,36% | 19,36% |
| Remunerações certas e permanentes | 2 769 466,62 | 3 529 126,22 | 759 659,60 | 127,43% | 27,43% | 0,00 | 3 529 126,22 | 759 659,60 | 127,43% | 27,43% |
| Abonos variáveis ou eventuais | 179 535,65 | 153 302,03 | -26 233,62 | 85,39% | -14,61% | 0,00 | 153 302,03 | -26 233,62 | 85,39% | -14,61% |
| Segurança social | 945 991,23 | 966 500,47 | 20 509,24 | 102,17% | 2,17% | 0,00 | 966 500,47 | 20 509,24 | 102,17% | 2,17% |
| Aquisição de bens e serviços | 3 703 500,00 | 5 253 033,12 | 1 549 533,12 | 141,84% | 41,84% | 906 692,42 | 4 346 340,70 | 642 840,70 | 117,36% | 17,36% |
| Aquisição de bens | 410 000,00 | 677 360,69 | 267 360,69 | 165,21% | 65,21% | 0,00 | 677 360,69 | 267 360,69 | 165,21% | 65,21% |
| Aquisição de serviços | 3 293 500,00 | 4 575 672,43 | 1 282 172,43 | 138,93% | 38,93% | 906 692,42 | 3 668 980,01 | 375 480,01 | 111,40% | 11,40% |
| Juros e outros encargos | 600 676,10 | 1 491 399,13 | 890 723,03 | 248,29% | 148,29% | 943 307,58 | 548 091,55 | -52 584,55 | 91,25% | -8,75% |
| Transferências correntes | 654 054,00 | 850 569,24 | 196 515,24 | 130,05% | 30,05% | 0,00 | 850 569,24 | 196 515,24 | 130,05% | 30,05% |
| Subsídios | 685 000,00 | 695 899,96 | 10 899,96 | 101,59% | 1,59% | 0,00 | 695 899,96 | 10 899,96 | 101,59% | 1,59% |
| Outras despesas correntes | 451 351,00 | 591 960,32 | 140 609,32 | 131,15% | 31,15% | 0,00 | 591 960,32 | 140 609,32 | 131,15% | 31,15% |
| Total de despesas correntes | 9 989 574,60 | 13 531 790,49 | 3 542 215,89 | 135,46% | 35,46% | 1 850 000,00 | 11 681 790,49 | 1 692 215,89 | 116,94% | 16,94% |
| Aquisição de bens de capital | 1 266 528,00 | 3 792 153,82 | 2 525 625,82 | 299,41% | 199,41% | 0,00 | 3 792 153,82 | 2 525 625,82 | 299,41% | 199,41% |
| Transferências de capital | 68 501,00 | 60 939,22 | -7 561,78 | 88,96% | -11,04% | 0,00 | 60 939,22 | -7 561,78 | 88,96% | -11,04% |
| Passivos financeiros | 1 053 259,37 | 715 999,85 | -337 259,52 | 67,98% | -32,02% | 0,00 | 715 999,85 | -337 259,52 | 67,98% | -32,02% |
| Total de despesas de capital | 2 388 288,37 | 4 569 092,89 | 2 180 804,52 | 191,31% | 91,31% | 0,00 | 4 569 092,89 | 2 180 804,52 | 191,31% | 91,31% |
| Total de despesas | 12 377 862,97 | 18 100 883,38 | 5 723 020,41 | 146,24% | 46,24% | 1 850 000,00 | 16 250 883,38 | 3 873 020,41 | 131,29% | 31,29% |



4. A análise da previsão semestral da receita constante no PAM face à execução verificada no mapa de Controlo Orçamental da Receita, que está espelhado no mapa “Análise dos Desvios entre a Estimativa da Receita no PAM e a execução da Receita 2.º semestre de 2021”, constante do anexo 4, que se passa a explicar. Pode observar-se o comportamento das receitas no 2.º semestre de 2021 no quadro seguinte:

| Rubricas | Receita 2º Semestre 2021 | | Grau de execução | | Desvio |
|-------------------------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|-----------------|
| | Previsão PAM | Receita cobrada | Desvio | % | |
| Impostos diretos | 3 529 290,26 | 5 200 039,19 | 1 670 748,93 | 147,34% | 47,34% |
| <i>IMI + CA</i> | <i>2 815 786,47</i> | <i>2 616 890,41</i> | <i>-198 896,06</i> | <i>92,94%</i> | <i>-7,06%</i> |
| <i>IUC + IMV</i> | <i>153 284,82</i> | <i>188 184,91</i> | <i>34 900,09</i> | <i>122,77%</i> | <i>22,77%</i> |
| <i>IMT + SISA</i> | <i>414 338,00</i> | <i>2 226 389,90</i> | <i>1 812 051,90</i> | <i>537,34%</i> | <i>437,34%</i> |
| <i>Derrama</i> | <i>145 880,97</i> | <i>168 573,97</i> | <i>22 693,00</i> | <i>115,56%</i> | <i>15,56%</i> |
| Impostos indiretos | 163 358,79 | 0,00 | -163 358,79 | 0,00% | -100,00% |
| Taxas, multas e outras penalidades | 168 676,12 | 247 489,75 | 78 813,63 | 146,72% | 46,72% |
| Rendimentos da propriedade | 212 923,35 | 122 482,83 | -90 440,52 | 57,52% | -42,48% |
| Transferências correntes | 1 992 133,33 | 2 283 236,80 | 291 103,47 | 114,61% | 14,61% |
| <i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> | <i>1 423 998,23</i> | <i>1 348 509,00</i> | <i>-75 489,23</i> | <i>94,70%</i> | <i>-5,30%</i> |
| <i>Fundo Social Municipal</i> | <i>98 178,87</i> | <i>93 128,00</i> | <i>-5 050,87</i> | <i>94,86%</i> | <i>-5,14%</i> |
| <i>Participação Fixa no IRS</i> | <i>236 992,78</i> | <i>274 969,00</i> | <i>37 976,22</i> | <i>116,02%</i> | <i>16,02%</i> |
| <i>Outras Transferências</i> | <i>232 963,45</i> | <i>566 630,80</i> | <i>333 667,35</i> | <i>243,23%</i> | <i>143,23%</i> |
| Venda de bens e serviços correntes | 119 572,02 | 157 828,58 | 38 256,56 | 131,99% | 31,99% |
| Outras receitas correntes | 75 593,03 | 47 679,34 | -27 913,69 | 63,07% | -36,93% |
| Total de receitas correntes | 6 261 546,90 | 8 058 756,49 | 1 797 209,59 | 128,70% | 28,70% |
| Venda de bens de investimento | 72 003,00 | 307 900,00 | 235 897,00 | 427,62% | 327,62% |
| Transferências de capital | 169 000,00 | 626 114,94 | 457 114,94 | 370,48% | 270,48% |
| <i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> | <i>153 000,00</i> | <i>268 179,00</i> | <i>115 179,00</i> | <i>175,28%</i> | <i>75,28%</i> |
| <i>Outras</i> | <i>16 000,00</i> | <i>357 935,94</i> | <i>341 935,94</i> | <i>2237,10%</i> | <i>2137,10%</i> |
| Passivos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - | - |
| Outras receitas de capital | 9 136,00 | 0,00 | -9 136,00 | 0,00% | -100,00% |
| Total de receitas de capital | 250 139,00 | 934 014,94 | 683 875,94 | 373,40% | 273,40% |
| Total das receitas | 6 511 685,90 | 8 992 771,43 | 2 481 085,53 | 138,10% | 38,10% |

As receitas correntes arrecadadas pelo Município no 2.º semestre de 2021 foram de 8 milhões de euros, 1,79 milhões de euros superiores ao previsto no PAM para o 2.º semestre de 2021, salientando-se o acréscimo de 1,8 milhões de euros registado na rubrica do IMT e de 333 mil euros na rubrica Outras Transferências Correntes, devido essencialmente aos valores recebidos no âmbito da transferência de competências na área da educação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.



Numa análise mais detalhada, identificam-se as principais rubricas da receita corrente no ano de 2021 que contribuíram para o desempenho registado, nomeadamente:

| Rubricas | Receita 2021 | | Grau de execução | | Desvio |
|-------------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------|-----------------|
| | Previsão PAM | Receita cobrada | Desvio | % | |
| Impostos diretos | 6 617 290,26 | 8 796 264,98 | 2 178 974,72 | 132,93% | 32,93% |
| <i>IMI + CA</i> | <i>4 775 786,47</i> | <i>4 712 465,77</i> | <i>-63 320,70</i> | <i>98,67%</i> | <i>-1,33%</i> |
| <i>IUC + IMV</i> | <i>349 284,82</i> | <i>400 594,45</i> | <i>51 309,63</i> | <i>114,69%</i> | <i>14,69%</i> |
| <i>IMT + SISA</i> | <i>1 324 338,00</i> | <i>3 507 625,06</i> | <i>2 183 287,06</i> | <i>264,86%</i> | <i>164,86%</i> |
| <i>Derrama</i> | <i>167 880,97</i> | <i>175 579,70</i> | <i>7 698,73</i> | <i>104,59%</i> | <i>4,59%</i> |
| Impostos indiretos | 304 358,79 | 0,00 | -304 358,79 | 0,00% | -100,00% |
| Taxas, multas e outras penalidades | 304 676,12 | 458 052,99 | 153 376,87 | 150,34% | 50,34% |
| Rendimentos da propriedade | 411 923,35 | 454 467,81 | 42 544,46 | 110,33% | 10,33% |
| Transferências correntes | 3 989 299,33 | 4 525 440,98 | 536 141,65 | 113,44% | 13,44% |
| <i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i> | <i>2 847 994,23</i> | <i>2 697 015,00</i> | <i>-150 979,23</i> | <i>94,70%</i> | <i>-5,30%</i> |
| <i>Fundo Social Municipal</i> | <i>196 354,87</i> | <i>186 254,00</i> | <i>-10 100,87</i> | <i>94,86%</i> | <i>-5,14%</i> |
| <i>Participação Fixa no IRS</i> | <i>473 986,78</i> | <i>549 931,00</i> | <i>75 944,22</i> | <i>116,02%</i> | <i>16,02%</i> |
| <i>Outras Transferências</i> | <i>470 963,45</i> | <i>1 092 240,98</i> | <i>621 277,53</i> | <i>231,92%</i> | <i>131,92%</i> |
| Venda de bens e serviços correntes | 248 572,02 | 287 637,29 | 39 065,27 | 115,72% | 15,72% |
| Outras receitas correntes | 143 593,03 | 136 269,31 | -7 323,72 | 94,90% | -5,10% |
| Total de receitas correntes | 12 019 712,90 | 14 658 133,36 | 2 638 420,46 | 121,95% | 21,95% |

a) O IMI registou um desvio negativo de cerca de 63 mil euros no ano de 2021, face ao previsto no PAM. O IMI é a principal fonte de receita do Município e teve um valor arrecadado total de 4,7 milhões de euros no período.

b) A arrecadação de IMT no ano de 2021, face à estimativa do PAM, foi muito superior em 2,1 milhões de euros. Este imposto tem uma natureza mais imprevisível que os outros, pois tem por base o comportamento da atividade de transações no domínio imobiliário.

c) A Derrama teve um ligeiro aumento no ano de 2021, face ao estimado no PAM, de 7 mil euros.

d) A rubrica dos impostos indiretos não teve execução em 2021. Importa referir que, com a entrada em vigor do novo referencial contabilístico SNC-AP, foi revogado o classificador económico previsto no POCAL, no que respeita à contabilização das taxas específicas da Administração Local. Assim, atende agora exclusivamente à natureza da



receita e não aos seus destinatários. Consequentemente, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, passa a ocorrer no capítulo 04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades e não no capítulo 02 – Impostos Indiretos. Assim, o valor inicialmente previsto no PAM, para a rubrica Impostos Indiretos, que ascende a 304,3 mil euros, foi realocado para a rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades.

e) A rubrica de taxas, multas e outras penalidades, registaram uma variação positiva de 153 mil euros no ano de 2021, face ao previsto no PAM. No entanto, se tivermos em conta o valor estimado somado dos impostos indiretos e das taxas, conforme supra explicado, o desvio torna-se desfavorável em cerca de 150 mil euros no período.

f) A rubrica de rendimentos de propriedade apresenta um desvio favorável de 42 mil euros, no ano de 2021, face ao estimado no PAM.

g) A rubrica de transferências correntes registou um desvio favorável de 536 mil euros face ao previsto para o ano de 2021. Este acréscimo incide na sua essência na rubrica de outras transferências correntes, mais concretamente nas transferências do IGEFE no âmbito da transferência de competências na área da educação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e que aquando da elaboração do PAM não foi previsto este tipo de receita. Este acréscimo situou-se na ordem dos 868 mil euros. O decréscimo verificado no Fundo de Equilíbrio Financeiro tem como contrapartida a receita de capital (FEF – artigo 35.º) – aquando da elaboração do PAM esta nova repartição do FEF ainda não era conhecida.

h) Na rubrica de venda de bens e serviços correntes, registou-se um aumento de 39 mil euros no ano de 2021, face ao estimado no PAM.

i) Por último, na rubrica de outras receitas correntes, registou-se um ligeiro decréscimo de 7 mil euros no ano de 2021, face ao estimado no PAM.

A execução das receitas de capital registou uma variação positiva de 3,4 milhões de euros no ano de 2021, face ao previsto no PAM. O Município recebeu um desembolso do empréstimo de assistência financeira no período no valor de 1,85 milhões de euros. Expurgando este valor, a variação na receita é favorável igualmente, mas em cerca de 1,58 milhões de euros. Este acréscimo resulta do facto de ter sido recebido boa parte do valor de participações financeiras do FEDER.

Observando o quadro seguinte, podemos verificar o comportamento das receitas de capital no ano de 2021:



Relatório de Monitorização do 2.º Semestre de 2021 - FAM

| Rubricas | Receita 2021 | | Grau de execução | | | Receita 2021 | | Grau de execução | | Desvios |
|-------------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|----------------|----------------|---------------------|----------------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| | Previsão PAM | Receita cobrada | Desvio | % | Desvio | Recebimentos FAM | Realizado Expurgado do FAM | Desvio Expurgado do FAM | % | |
| Venda de bens de investimento | 154 003,00 | 310 659,40 | 156 656,40 | 201,72% | 101,72% | 0,00 | 310 659,40 | 156 656,40 | 201,72% | 101,72% |
| Transferências de capital | 338 000,00 | 1 788 427,73 | 1 450 427,73 | 529,12% | 429,12% | 0,00 | 1 788 427,73 | 1 450 427,73 | 529,12% | 429,12% |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 306 000,00 | 536 343,00 | 230 343,00 | 175,28% | 75,28% | 0,00 | 536 343,00 | 230 343,00 | 175,28% | 75,28% |
| Outras | 32 000,00 | 1 252 084,73 | 1 220 084,73 | 3912,76% | 3812,76% | 0,00 | 1 252 084,73 | 1 220 084,73 | 3912,76% | 3812,76% |
| Passivos financeiros | 0,00 | 1 850 000,00 | 1 850 000,00 | - | - | 1 850 000,00 | 0,00 | 0,00 | - | - |
| FAM | 0,00 | 1 850 000,00 | 1 850 000,00 | - | - | 1 850 000,00 | 0,00 | 0,00 | - | - |
| Outras receitas de capital | 17 136,00 | 0,00 | -17 136,00 | 0,00% | -100,00% | 0,00 | 0,00 | -17 136,00 | 0,00% | -100,00% |
| Total de receitas de capital | 509 139,00 | 3 949 087,13 | 3 439 948,13 | 775,64% | 675,64% | 1 850 000,00 | 2 099 087,13 | 1 589 948,13 | 412,28% | 312,28% |

j) A venda de bens de investimento registou, no ano de 2021, uma variação positiva de 156 mil euros, face ao previsto no PAM. Esta execução resulta da venda do último lote da Área de Localização Empresarial em Valado dos Frades.

k) Verificou-se uma variação positiva de 1,4 milhões de euros na rubrica de transferências de capital no ano de 2021, face ao que foi estimado em sede de PAM. Este aumento incide mormente em duas rubricas: o FEF de capital, onde se registou um aumento de 230 mil euros, deve-se ao facto de no PAM não estar prevista a receita proveniente de uma nova vertente do Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital que tem por base o Art.º 35 da Lei n.º 73/2013. Este acréscimo compensa a diminuição no valor recebido do FEF corrente. As outras transferências de capital registaram um aumento de 1,2 milhões de euros, motivado pela reprogramação financeira de algumas obras cofinanciadas pelo FEDER e que conduziu a este aumento de receita das participações comunitárias.

l) Os passivos financeiros registaram uma execução de 1,85 milhões de euros no ano de 2021. Este valor corresponde ao desembolso do empréstimo de assistência financeira efetuado no período e que serviu para liquidar a dívida constante nos passivos contingentes na PRD.

m) Das receitas de capital previstas no PAM para o ano de 2021, há a referir o comportamento negativo da rubrica de outras receitas de capital, que não tiveram execução no período.



5. Resumo da evolução da despesa e da receita e principais variações

Nos mapas seguintes procede-se à identificação da variação da despesa e da receita prevista no PAM face ao valor executado em cada um dos períodos, bem como se apresentam as variações das rubricas mais relevantes e já devidamente explicitadas no presente relatório.

5.1 - Na despesa:

| DESPESA | | |
|---------------------------------|------------------|---------------|
| Descrição | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 |
| Previsão FAM | 6 346 135,23 | 12 377 862,97 |
| Executado | 9 479 946,91 | 18 100 883,38 |
| Executado - Passivo Contingente | 0,00 | 1 850 000,00 |
| Executado - Despesa | 9 479 946,91 | 16 250 883,38 |
| Variação: | | |
| Valor | 3 133 811,68 | 3 873 020,41 |
| % | 49% | 31% |

As principais variações na despesa:

| Principais variações da despesa | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| Descrição | Nota do relatório | 2º semestre 2021 | | | | 31/12/2021 | | | |
| | | Previsão FAM | Executado | Variação | | Previsão FAM | Executado | Variação | |
| | | | | Valor | % | | | Valor | % |
| Remunerações certas e permanentes | 3. a) | 1 387 466,62 | 1 824 568,85 | 437 102,23 | 31,50% | 2 769 466,62 | 3 529 126,22 | 759 659,60 | 27,43% |
| Aquisição de bens e serviços | 3. b) | 1 851 750,00 | 2 600 597,67 | 748 847,67 | 40,44% | 3 703 500,00 | 5 253 033,12 | 1 549 533,12 | 41,84% |
| Juros e outros encargos | 3. c) | 300 340,05 | 283 427,65 | -16 912,40 | -5,63% | 600 676,10 | 1 491 399,13 | 890 723,03 | 148,29% |
| Aquisição de bens de capital | 3. g) | 633 266,00 | 2 417 299,11 | 1 784 033,11 | 281,72% | 1 266 528,00 | 3 792 153,82 | 2 525 625,82 | 199,41% |
| Passivos financeiros | 3. i) | 526 629,69 | 617 914,06 | 91 284,37 | 17,33% | 1 053 259,37 | 715 999,85 | -337 259,52 | -32,02% |
| Outras variações | | 1 646 682,87 | 1 736 139,57 | 89 456,70 | 5,43% | 2 984 432,88 | 3 319 171,24 | 334 738,36 | 11,22% |
| Subtotal | | 6 346 135,23 | 9 479 946,91 | 3 133 811,68 | 49,38% | 12 377 862,97 | 18 100 883,38 | 5 723 020,41 | 46,24% |
| Executado - Passivos Contingentes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 850 000,00 | 1 850 000,00 | 100,00 |
| Total | | 6 346 135,23 | 9 479 946,91 | 3 133 811,68 | 49,38% | 12 377 862,97 | 16 250 883,38 | 3 873 020,41 | 31,29% |

Em suma, podemos observar que o acréscimo registado na despesa paga no ano de 2021 de 5,72 milhões de euros, se deve principalmente ao aumento da despesa com pessoal, na aquisição de bens e serviços, nos juros e encargos, na aquisição de bens de capital e nos passivos financeiros (ver ponto 3.a) a 3.c) e 3.g) e 3.i) do relatório). De notar que, expurgando o valor pago com o desembolso do FAM (1,85 milhões de euros), a variação na despesa situa-se nos 3,87 milhões de euros, reduzindo as variações na aquisição de bens e serviços e nos juros e outros encargos.

5.2 - Na receita:



| RECEITA | | |
|---------------------------------|------------------|---------------|
| Descrição | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 |
| Previsão FAM | 5 411 685,90 | 12 528 851,90 |
| Executado | 8 992 771,43 | 18 607 220,49 |
| Executado - Passivo Contingente | 0,00 | 1 850 000,00 |
| Executado - Receita | 8 992 771,43 | 16 757 220,49 |
| Variação: | | |
| Valor | 3 581 085,53 | 4 228 368,59 |
| % | 66% | 34% |

As principais variações na receita:

| Principais variações da receita | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| Descrição | Nota do relatório | 2º semestre 2021 | | | | 31/12/2021 | | | |
| | | Previsão FAM | Executado | Variação | | Previsão FAM | Executado | Variação | |
| | | | | Valor | % | | | Valor | % |
| IMT + SISA | 4. b) | 414 339,00 | 2 226 389,90 | 1 812 050,90 | 437,34% | 1 324 338,00 | 3 507 625,06 | 2 183 287,06 | 164,86% |
| Outras transferências | 4. g) | 232 963,45 | 566 630,80 | 333 667,35 | 143,23% | 470 963,45 | 1 092 240,98 | 621 277,53 | 131,92% |
| Participação comunitária em projetos cofinanciados | 4. k) | 0,00 | 347 935,96 | 347 935,96 | 100,00 | 0,00 | 1 232 084,73 | 1 232 084,73 | 100,00 |
| Passivos Contingentes | 4. l) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 850 000,00 | 1 850 000,00 | 100,00 |
| Outras variações | | 4 764 383,45 | 5 851 814,77 | 1 087 431,32 | 22,82% | 10 733 550,45 | 10 925 269,72 | 191 719,27 | 1,79% |
| Subtotal | | 5 411 685,90 | 8 992 771,43 | 3 581 085,53 | 66,17% | 12 528 851,90 | 18 607 220,49 | 6 078 368,59 | 48,51% |
| Executado - Passivos Contingentes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 850 000,00 | 1 850 000,00 | 100,00! |
| Total | | 5 411 685,90 | 8 992 771,43 | 3 581 085,53 | 66,17% | 12 528 851,90 | 16 757 220,49 | 4 228 368,59 | 33,75% |

Em suma, podemos observar que o acréscimo registado na receita cobrada no ano de 2021 de 6 milhões de euros, se deve principalmente ao aumento da receita no IMT, nas outras transferências correntes, nas transferências de capital comunitárias e nos passivos financeiros (ver pontos 4.b), 4.g), 4.k) e 4.l)) do relatório. De notar que, expurgando o valor do desembolso do FAM (1,85 milhões de euros), a variação nos passivos financeiros é nula e a variação global fica nos 4,22 milhões de euros.

5.3 – Comparação entre a despesa/receita prevista no PAM e o valor executado no ano de 2021, tendo em consideração o seguinte:

- 1) No PAM estava prevista uma amortização de capital, no montante de 765 mil euros. Contudo, conforme referido na página 19 do presente relatório este pagamento foi adiado para 2022, no entanto, o Município no final do ano, com excedente de tesouraria, efetuou uma amortização extraordinária no valor de 520 mil euros;



2) O PAM previa passivos contingentes no valor de 3.103.586 euros. No ano de 2021, conforme já referido no presente relatório, veio a verificar-se o pagamento à ECOAMBIENTE do montante inerente a estes passivos, no valor de 1.850.000 euros (906.692,42 € de prestação de serviços e 943.307,58 € de juros). Este valor foi também recebido em 2021 do FAM.

Assim, no mapa a seguir apresentado, para uma melhor compreensão da despesa e receita prevista face ao executado, aquele montante foi acrescido quer na despesa quer a receita prevista.

| DESPESA | | RECEITA | |
|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| Previsão Despesa 2021 - PAM | 12 377 863 | Previsão Receita 2021 - PAM | 12 528 852 |
| Passivo contingente - Ecoambiente | 1 850 000 | Passivo contingente - Ecoambiente | 1 850 000 |
| Previsão do PAM corrigida | 14 227 863 | Previsão do PAM corrigida | 14 378 852 |
| Despesa executada | 18 100 883 | Receita executada | 18 607 220 |
| Desvio | 3 873 020 | Desvio | 4 228 369 |
| Desvio % | 27% | Desvio % | 29% |

A análise do quadro apresentado permite nos concluir que, relativamente ao ano de 2021, a receita apresenta um desvio favorável de 29% e a despesa um desvio desfavorável também de 29%.

6. Análise da evolução do mapa de pessoal

O Município da Nazaré comprometeu-se no âmbito do PAM, com uma redução de colaboradores, ao longo do período de ajustamento.

Analisando o anexo 5 – “Pessoal ao Serviço do Município”, o número de colaboradores no final de 2021 ascendeu a 321 colaboradores, superior ao previsto no PAM para o final do ano de 2021, que era de 209 colaboradores. Este desvio é essencialmente motivado pelo efeito da transferência de competências na área da educação (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), que se traduziu na passagem de 54 colaboradores para os quadros do Município, também pela mobilidade interna, pelo reforço na contratação de professores de Atividades Extracurriculares e pelo reforço na aquisição de prestadores de serviços, nomeadamente nas áreas da educação e da limpeza e higiene.



7. Análise do Stock e Sustentabilidade da dívida no PAM face à execução

Face ao previsto no PAM, o stock da dívida do Município até ao final do ano de 2021, é superior à dívida prevista no procedimento PAM para o final do ano, em cerca de 220 mil euros, conforme espelhado no anexo 6.

Para tal, contribuiu a utilização do desembolso de uma tranche do empréstimo de assistência financeira no valor de 1,85 milhões de euros para proceder ao pagamento de um processo que constava na PRD em passivos contingentes.

No decorrer do ano de 2021, o stock da dívida atingiu o valor de 32 milhões de euros, mais 347 mil euros que no período homólogo de 2020, como se pode verificar no quadro seguinte:

| RUBRICAS | 2020 | 2021 | VAR.21/20 |
|----------------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| A MÉDIO E LONGO PRAZOS | | | |
| Financiamentos obtidos | 28 893 745,27 | 29 972 936,06 | 3,74% |
| Outras contas a pagar | 835 867,43 | 852 864,89 | 2,03% |
| Total de débitos médio e longo prazos | 29 729 612,70 | 30 825 800,95 | 3,69% |
| A CURTO PRAZO | | | |
| Fornecedores: | | | |
| Fornecedores c/c | 303 306,48 | 79 381,37 | -73,83% |
| Financiamentos obtidos | 988 593,54 | 1 017 213,48 | 2,89% |
| Fornecedores de investimentos | 586 356,70 | 889,14 | -99,85% |
| total "fornecedores" | 1 878 256,72 | 1 097 483,99 | -41,57% |
| Outros: | | | |
| Estado e outros entes públicos | 42 578,32 | 126 294,06 | 196,62% |
| Outras contas a pagar | 60 380,71 | 9 190,95 | -84,78% |
| total "outros" | 102 959,03 | 135 485,01 | 31,59% |
| Total de débitos curto prazo | 1 981 215,75 | 1 232 969,00 | -37,77% |
| DÍVIDA TOTAL | 31 710 828,45 | 32 058 769,95 | 1,10% |
| | | 347 941,50 | |

Podemos observar o comportamento da tipologia da dívida do Município da Nazaré. Assim, com o desembolso do empréstimo de assistência financeira durante o ano de 2021, foi possível ver-se a redução da dívida do Município de curto prazo, nomeadamente fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado e o aumento da dívida de médio e longo prazo.

Em sede de PAM, no ano de 2021, estavam efetuados todos os desembolsos do empréstimo de assistência financeira destinado a financiar a cobertura da dívida total do Município.



Do pressuposto resultante de passivos contingentes, que se traduz num montante de 3.103.586 € do empréstimo, foi recebido neste período o valor de 1.850.000 €, para pagamento da ação judicial com a Ecoambiente.

Face ao anteriormente exposto, já não há dívida no PRD a pagar por parte do Município, pelo que também já não há necessidade de ocorrerem mais desembolsos, salvo a situação dos passivos contingentes supra referenciada.

Nazaré, 28 de março de 2022

O Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

(Walter Manuel Cavaleiro Chicharro)



ANEXOS

Anexo 1 - Listagem das Medidas de Reequilíbrio Orçamental - Receita 2.º Semestre 2021

| Ano | Período | Município | Objetivo | Justificação | Validação | Cumprimento |
|------|---------|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------|
| 2021 | 2 | Nazaré | Determinação da participação variável no IRS, considerando a maximização da receita prevista, taxa de cinco pontos percentuais. | Esta medida encontra-se implementada desde o ano de 2013, e tem contribuído gradualmente para um acréscimo das receitas do Município. No ano de 2021, a receita arrecadada foi superior em 76 mil euros (+16,0%) face ao estimado no PAM. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Definição da taxa máxima no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), considerando a maximização da receita prevista, taxa de zero vírgula quarenta e cinco pontos percentuais. | Esta medida também se encontra implementada desde o ano de 2013, e também tem contribuído gradualmente para um acréscimo das receitas do Município. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Definição da taxa máxima de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, considerando a maximização da receita prevista, taxa de um ponto e meio percentual. | Esta medida também se encontra implementada desde o ano de 2013, e também tem contribuído gradualmente para um acréscimo das receitas do Município, evidenciando uma recuperação na economia do concelho da Nazaré, e uma capacidade das empresas locais para responderem positivamente às suas obrigações fiscais. No ano de 2021, verificou-se um ligeiro acréscimo de 7,7 mil euros face ao estimado em sede do PAM. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Manutenção da aplicação da majoração em 30 % no IMI, para imóveis em mau estado de conservação. | Em análise para aplicação. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja competência do município. | Não tem aplicabilidade, uma vez que os benefícios fiscais e as isenções de taxas concedidas pelo município são apenas as que decorrem da Lei. Contudo o Município da Nazaré deliberou a isenção de algumas taxas aos operadores económicos do concelho, no âmbito das medidas extraordinárias e temporárias no combate à pandemia. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Fixação dos preços a cobrar nos setores do saneamento, água e resíduos de acordo com as recomendações da entidade reguladora daqueles setores (ERSAR), pelo prazo de vigência do PAM. | Esta medida encontra-se implementada desde o ano de 2015. Os preços praticados estão de acordo com o sugerido pelo regulador e têm por base o preço de custo de exploração e o preço de mercado. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Otimização de rendas de utilização do espaço público, com a atualização dos regulamentos respetivos. | Esta medida encontra-se implementada. Têm sido revistos vários regulamentos. No decorrer do ano de 2021, esta receita superou o previsto no PAM, em cerca de 42,5 mil euros. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Otimização de taxas, multas e outras penalidades, com a atualização dos regulamentos respetivos bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município. | Esta medida está a ser cumprida, nomeadamente através da aprovação em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 4 de junho de 2018 e da deliberação em sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré do dia 29 de junho de 2018, do novo regulamento de liquidação e cobrança de taxas de município da Nazaré e respetiva atualização da tabela de taxas. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Otimização de processos da aplicação de coimas, e, da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município. | Também esta medida está a ser cumprida, tendo saído as primeiras citações de execução fiscal em julho de 2018. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Revisão de todos os regulamentos municipais por forma a adaptá-los à legislação e à atualização anual das tabelas municipais de taxas e preços. | Existem cuidados do município neste sentido, e progressivamente tem sido efetuada a atualização dos regulamentos municipais. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Utilização da receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorrer da venda de bens de investimento. | Esta medida está a ser cumprida, sendo uma das premissas do município nos últimos anos. Tem sido paga dívida a fornecedores, e tem sido amortizada dívida dos empréstimos, reduzindo o endividamento municipal e o PMP. | | |

| | | | | | | |
|------|---|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
| 2021 | 2 | Nazaré | Realização das comunicações legalmente previstas, nos termos e para efeitos previstos nas alíneas anteriores, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira. | Estão a ser cumpridas as comunicações legalmente previstas. As deliberações da Assembleia Municipal da Nazaré relativas aos impostos municipais para o ano de 2021 foram comunicadas por via eletrónica à AT no dia 14 de dezembro de 2020, mais concretamente no que respeita ao lançamento da Derrama, para o IMI, para a participação variável do IRS e a TMDP. Os mesmos estão publicados na página da internet do Município e foram reportados ao FAM. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Comunicação ao FAM acerca do cumprimento do referido na alínea anterior, apresentando evidências de tal cumprimento. | As deliberações da Assembleia Municipal da Nazaré relativas aos impostos municipais e taxas em vigor têm sido comunicadas à Comissão Executiva do FAM para conhecimento e estão publicadas na página da internet do Município. | | |

Anexo 2 - Listagem das Medidas de Reequilíbrio Orçamental - Despesa - 2º Semestre 2021

| Ano | Período | Município | Objetivo | Justificação | Validação | Cumprimento |
|------|---------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------|
| 2021 | 2 | Nazaré | Não apresentação de aumentos de despesa com pessoal superior à taxa de inflação, bem como garantir um nível de despesas com pessoal inferior a 30 % da receita efetiva. | A despesa apresenta um desvio desfavorável no 2º semestre de 2021 de 416 mil euros face ao previsto em sede de PAM. Já o valor acumulado do ano apresenta um acréscimo de 754 mil euros. Esta variação é explicada pela transferência de competências na área da Educação da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, bem como pelo aumento do salário mínimo nacional. Importa referir que o acréscimo da receita no semestre acomodou o acréscimo registado nas despesas de pessoal. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Não adoção de medidas em matéria de gestão de tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, bem como a introdução de limites ao número de horas extraordinárias por setores e reforço dos mecanismos de controlo sobre o pagamento de todo o tipo de abonos variáveis e eventuais. | No decorrer do 2º semestre de 2021, verificou-se um ligeiro acréscimo deste tipo de despesa face ao previsto no PAM em 3 mil euros. No acumulado do ano de 2021, verificou-se uma diminuição de 26 mil euros. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Racionalização da despesa na aquisição de serviços, em termos gerais, mediante análise de valores mensais e fixação de requisitos para novas contratações e renovações, por forma a reduzir as despesas, bem como renegociar os contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia, higiene e limpeza e outros. | No 2º semestre de 2021, a despesa apresenta um desvio desfavorável para o município em sede de PAM, de cerca de 619 mil euros. Em termos acumulados do ano, o desvio situa-se nos 1,28 milhões de euros. Se tivermos em conta que os pagamentos constantes na listagem PRD - Passivos contingentes ascenderam a cerca de 906 mil euros, constata-se que o desvio passa a ser favorável na ordem dos 376 mil euros quando comparado com o previsto no PAM. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Racionalização da despesa na aquisição de serviços, em termos gerais, e, na aquisição de serviços de estudos, pareceres, projetos e consultadoria. | No 2º semestre de 2021 a despesa com a aquisição de estudos, pareceres, projetos e consultadoria apresenta um desvio negativo em sede de PAM, de cerca de 55 mil euros. No acumulado do ano de 2021, verificou-se um desvio negativo de 80 mil euros. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Racionalização da despesa na aquisição de bens, em termos gerais, e, na aquisição de bens de limpeza e higiene e outros bens. | No 2º semestre de 2021, verifica-se um desvio desfavorável, face ao estimado no PAM em cerca de 129 mil euros. Em termos acumulados, houve um acréscimo de cerca de 267 mil euros. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Racionalização da despesa com a prestação de apoios, com a otimização dos mesmos, a instituições e outros serviços da administração local. | No decorrer do 2º semestre de 2021, o município efetuou pagamentos no valor de 446 mil euros, verificando-se um desvio desfavorável de 12 mil euros face ao previsto em sede de PAM. No acumulado do ano, o desvio desfavorável situa-se nos 196 mil euros. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Racionalização da despesa com prestações a empresas municipais e intermunicipais. | No decorrer do 2º semestre de 2021, verificou-se um ligeiro desvio desfavorável em sede de PAM, de 13 mil euros. No decorrer do ano de 2021, a despesa com transferências para empresas municipais situou-se nos 695 mil euros, apresentando um desvio de 10 mil euros face ao estimado em PAM. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Racionalização da despesa com outras despesas correntes. | No 2º semestre de 2021, registou-se um desvio desfavorável face ao estimado no PAM em cerca de 76 mil euros. Em termos acumulados, o desvio também é desfavorável e na ordem dos 140 mil euros. | | |

| | | | | | | |
|------|---|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
| 2021 | 2 | Nazaré | Apresentação de uma nova Norma de Controlo Interno, implementação da Contabilidade de Custos e reformulação dos procedimentos de orçamentação. | O município aprovou em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 14 de agosto de 2018 a Norma de Controlo Interno que se encontra em vigor. Quanto à implementação da Contabilidade de Custos, esta tem vindo a ser feita de forma gradual e espera-se que no menor espaço de tempo possível esteja totalmente implementada. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Análise exaustiva de todos os protocolos existentes no Município, por forma a avaliar a sua pertinência, bem como os termos em que os mesmos foram celebrados com instituições e outros serviços da administração local. | Estão a ser levadas a cabo pelo município, sendo objeto de análise mais exaustiva e da aplicação de critérios mais apertados, nomeadamente no que se refere à atribuição de apoios financeiros. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Reanálise de todos os regulamentos de atribuição de apoios, tendo em vista a introdução de critérios bastante rigorosos na sua atribuição, bem como na aferição/avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos a alcançar. | Estão a ser levadas a cabo pelo município, sendo objeto de análise mais exaustiva e da aplicação de critérios mais apertados, nomeadamente no que se refere à atribuição de apoios financeiros. | | |
| 2021 | 2 | Nazaré | Condicionamento no que respeita à realização de despesa com aquisição de bens de capital, cofinanciada por fundos europeus, à efetiva aprovação das candidaturas lançadas no âmbito dos programas nacionais e europeus e ao montante elegível previsto. | Está a ser concretizada, tendo o município realizado recentemente uma reformulação e reprogramação do quadro de financiamento e prioridades de investimento no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, já englobada na concretização desta medida. | | |

Anexo 3 - Análise dos Desvios entre a Estimativa da Despesa no PAM e a Execução Orçamental da Despesa registada no 2º semestre de 2021

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Despesas | Estimativa da Despesa no Ambito do PAM para 2º semestre de 2021 | Estimativa da Despesa no Ambito do PAM acumulado de 2021 | Execução Orçamental da Despesa 2º semestre de 2021 | Acumulado Execução Orçamental da Despesa 2021 | Desvio da Execução face ao estimado no PAM | | | | Observações/Justificações |
|-------------|----------------|---------|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | Total | Total | Total | Total | 2.º semestre de 2021 | | Acumulado 2021 | | |
| | | | | | | | | Valores absolutos | % | Valores absolutos | % | |
| | | | Despesas correntes | 5 151 988,55 | 9 989 574,60 | 6 402 093,93 | 13 531 790,49 | 1 250 105,38 | 24,26% | 3 542 215,89 | 35,46% | As despesas correntes registaram um desvio superior face ao previsto no PAM de cerca de 3,54 milhões de euros. Este acréscimo reflete-se essencialmente nas rubricas de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e juros. Se expurgarmos o valor pago de 1,85 milhões de euros constantes na PRD dos passivos contingentes, a variação negativa fica em cerca de 1,69 milhões de euros. Contudo importa referir que a receita corrente apresentou um desvio positivo de 2,63 milhões de euros face ao PAM. |
| 01 | | | Despesas com o pessoal | 1 996 993,50 | 3 894 993,50 | 2 413 113,01 | 4 648 928,72 | 416 119,51 | 20,84% | 753 935,22 | 19,36% | O valor da despesa com o pessoal registado no 2º semestre de 2021 foi superior ao previsto no PAM em 416 mil euros. No total do ano, o desvio foi superior ao previsto no PAM em 753 mil euros. Aumento justificado pela transferência de competências na área da educação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela mobilidade interna e pelo aumento do salário mínimo nacional. Contudo, importa referir que este acréscimo é acompanhado por um acréscimo de receita corrente transferida pelo IGEFE. |
| 01 | 01 | | Remunerações certas e permanentes | 1 387 466,62 | 2 769 466,62 | 1 824 568,85 | 3 529 126,22 | 437 102,23 | 31,50% | 759 659,60 | 27,43% | O valor da despesa com o pessoal registado no 2º semestre de 2021 foi superior ao previsto no PAM em 437 mil euros. No total do ano, o desvio foi superior ao previsto no PAM em 753 mil euros. Aumento justificado pela transferência de competências na área da educação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela mobilidade interna e pelo aumento do salário mínimo nacional. Contudo, importa referir que este acréscimo é acompanhado por um acréscimo de receita corrente pelo transferida pelo IGEFE. |
| 01 | 02 | | Abonos variáveis ou eventuais | 89 535,65 | 179 535,65 | 93 358,05 | 153 302,03 | 3 822,40 | 4,27% | -26 233,62 | -14,61% | O valor de execução do 2º semestre de 2021 foi um pouco superior ao previsto no PAM em 3 mil euros. No total do ano, o desvio é favorável em 26 mil euros. |
| 01 | 03 | | Segurança social | 519 991,23 | 945 991,23 | 495 186,11 | 966 500,47 | -24 805,12 | -4,77% | 20 509,24 | 2,17% | O valor de execução do 2º semestre de 2021 foi inferior ao previsto no PAM em 24 mil euros. No total do ano, o desvio desfavorável foi de 20 mil euros. |
| 02 | | | Aquisição de bens e serviços | 1 851 750,00 | 3 703 500,00 | 2 600 597,67 | 5 253 033,12 | 748 847,67 | 40,44% | 1 549 533,12 | 41,84% | Verifica-se um desvio negativo face ao estimado no PAM no 2º semestre de 2021 em cerca de 748 mil euros e uma execução de cerca de 2,6 milhões de euros. No acumulado do ano 2021, o desvio negativou-se nos 1,5 milhões de euros. Se tivermos em conta que foi feito um pagamento constante na PRD - Passivos contingentes de cerca de 906 mil euros, pelo que expurgando este pagamento o desvio reduz para os 643 mil euros. Este acréscimo foi compensado com o acréscimo de receita corrente registado no período. |
| 02 | 01 | | Aquisição de bens | 205 000,00 | 410 000,00 | 334 833,74 | 677 360,69 | 129 833,74 | 63,33% | 267 360,69 | 65,21% | Verifica-se um desvio desfavorável face ao estimado no PAM no 2º semestre de 2021 em cerca de 129 mil euros e uma execução de cerca de 334 mil euros. Também em termos acumulados se verifica um desvio desfavorável de 267 mil euros, situando-se a execução da despesa no ano em cerca de 677 mil euros. Este aumento, resulta essencialmente da aquisição de bens e serviços no âmbito da pandemia que o país atravessa. Este acréscimo foi compensado com o acréscimo de receita corrente registada no período. |
| 02 | 02 | | Aquisição de serviços | 1 646 750,00 | 3 293 500,00 | 2 265 763,93 | 4 575 672,43 | 619 013,93 | 37,59% | 1 282 172,43 | 38,93% | Verifica-se um desvio desfavorável face ao estimado no PAM no 2º semestre de 2021 em cerca de 619 mil euros e uma execução de cerca de 2,2 milhões de euros. Também em termos acumulados se verifica um desvio desfavorável de 1,2 milhões de euros, situando-se a execução da despesa no ano em cerca de 4,5 milhões de euros. Se tivermos em conta que foi feito um pagamento constante na PRD - Passivos contingentes de cerca de 906 mil euros, pelo que expurgando este pagamento o desvio fica em cerca de 376 mil euros. |
| 03 | | | Juros e outros encargos | 300 340,05 | 600 676,10 | 283 427,65 | 1 491 399,13 | -16 912,40 | -5,63% | 890 723,03 | 148,29% | Esta rubrica registou um desvio favorável face ao previsto no PAM no 2º semestre na ordem dos 16 mil euros. Já no acumulado do ano, o desvio é desfavorável na ordem dos 890 mil euros. Se tivermos em conta que foi feito um pagamento constante na PRD - Passivos contingentes de cerca de 943 mil euros, pelo que expurgando este pagamento o desvio fica favorável em cerca de 52 mil euros. |
| 03 | 01 | | Juros da dívida pública | 4 225,57 | 8 451,14 | 2 355,28 | 4 760,43 | -1 870,29 | -44,26% | -3 690,71 | -43,67% | |
| 03 | 01 | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 4 225,57 | 8 451,14 | 2 355,28 | 4 760,43 | -1 870,29 | -44,26% | -3 690,71 | -43,67% | |
| 03 | 01 | 05 | Administração pública central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 03 | 01 | 06 | Administração pública central - Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 03 | 02 | | Outros encargos correntes da dívida pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 03 | 03 | | Juros de locação financeira | 504,00 | 1 004,00 | 0,00 | 0,00 | -504,00 | -100,00% | -1 004,00 | -100,00% | |
| 03 | 04 | | Juros tributários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 03 | 05 | | Outros juros | 286 610,48 | 573 220,96 | 274 548,02 | 1 474 928,31 | -12 062,46 | -4,21% | 901 707,35 | 157,31% | |
| 03 | 06 | | Outros encargos financeiros | 9 000,00 | 18 000,00 | 6 524,35 | 11 710,39 | -2 475,65 | -27,51% | -6 289,61 | -34,94% | |
| 04 | | | Transferências correntes | 434 054,00 | 654 054,00 | 446 847,59 | 850 569,24 | 12 793,59 | 2,95% | 196 515,24 | 30,05% | No 2º semestre de 2021 verificou-se um desvio desfavorável de 12 mil euros face ao previsto no PAM e uma execução de cerca de 446 mil euros. No acumulado do ano, o desvio foi de 196 mil euros. Este desvio resulta essencialmente da necessidade de reforçar os apoios a entidades e coletividades do concelho, bem como da compensação de 120 mil euros paga aos SMN pelo desconto dado na faturação da água devido à pandemia COVID-19. |
| 04 | 01 | 01 | Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 04 | 01 | 02 | Privadas | 214 003,00 | 214 003,00 | 75 000,00 | 75 000,00 | -139 003,00 | -64,95% | -139 003,00 | -64,95% | |
| 04 | 05 | 01 | Administração Local - Continente | 0,00 | 0,00 | 60 000,00 | 243 458,57 | 60 000,00 | #DIV/0! | 243 458,57 | #DIV/0! | |
| 04 | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 180 051,00 | 360 051,00 | 277 639,42 | 469 573,92 | 97 588,42 | 54,20% | 109 522,92 | 30,42% | |
| 04 | 08 | | Famílias | 40 000,00 | 80 000,00 | 34 208,17 | 62 536,75 | -5 791,83 | -14,48% | -17 463,25 | -21,83% | |

| | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|-------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 05 | | | Subídios | 342 500,00 | 685 000,00 | 355 499,98 | 695 899,96 | 12 999,98 | 3,80% | 10 899,96 | 1,59% | |
| 06 | | | Outras despesas correntes | 226 351,00 | 451 351,00 | 302 608,03 | 591 960,32 | 76 257,03 | 33,69% | 140 609,32 | 31,15% | No decorrer do 2º semestre de 2021 verificou-se um desvio desfavorável face ao estimado no PAM de 76 mil euros. Em termos acumulados, o desvio é também desfavorável em 140 mil euros. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento do valor da quotização da Oestecim. |
| | | | Despesas de capital | 1 194 146,69 | 2 388 288,37 | 3 077 852,98 | 4 569 092,89 | 1 883 706,29 | 157,74% | 2 180 804,52 | 91,31% | No 2º semestre de 2021, as despesas de capital registaram um desvio superior face ao previsto no PAM de cerca de 1,8 milhões de euros. No ano de 2021, o desvio foi de 2,1 milhões de euros. Este acréscimo reflete-se na rubrica de aquisição de bens de capital. Contudo importa referir que as transferências de capital apresentaram um desvio positivo de 1,45 milhões de euros face ao previsto no PAM. Este acréscimo não põe em causa os objetivos propostos pelo Município no âmbito do PAM. |
| 07 | | | Aquisição de bens de capital | 633 266,00 | 1 266 528,00 | 2 417 299,11 | 3 792 153,82 | 1 784 033,11 | 281,72% | 2 525 625,82 | 199,41% | No 2º semestre de 2021, esta rubrica registou um desvio desfavorável face ao previsto no PAM de 1,78 milhões de euros. Em termos acumulados, o desvio é desfavorável de 2,5 milhões de euros. O acréscimo da despesa está diretamente relacionada com o pagamento dos projetos cofinanciados pelo FEDER. |
| 07 | 01 | | Investimentos | 525 762,00 | 1 051 524,00 | 2 224 548,23 | 3 143 688,89 | 1 698 786,23 | 323,11% | 2 092 164,89 | 198,97% | |
| 07 | 02 | | Locação financeira | 17 500,00 | 35 000,00 | 0,00 | 26 006,08 | -17 500,00 | -100,00% | -8 993,92 | -25,70% | |
| 07 | 03 | | Bens de domínio público | 90 004,00 | 180 004,00 | 192 750,88 | 622 458,85 | 102 746,88 | 114,16% | 442 454,85 | 245,80% | |
| 08 | | | Transferências de capital | 34 251,00 | 68 501,00 | 42 639,81 | 60 939,22 | 8 388,81 | 24,49% | -7 561,78 | -11,04% | No 2º semestre de 2021, a rubrica apresenta um desvio desfavorável de 8 mil euros. Já em termos acumulados, o desvio é favorável de 7 mil euros. |
| 09 | | | Activos financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | #DIV/0! | 0,00 | #DIV/0! | |
| 10 | | | Passivos financeiros | 526 629,69 | 1 053 259,37 | 617 914,06 | 715 999,85 | 91 284,37 | 17,33% | -337 259,52 | -32,02% | No 2º semestre de 2021 registou-se um desvio desfavorável face ao previsto no PAM de 91 mil euros. Já no acumulado do ano, o desvio foi favorável em 337 mil euros. Esta situação deve-se ao facto no PAM ter sido contemplado valor para o pagamento do empréstimo do FAM, o que, devido à moratória das prestações de capital até ao final de 2021 e consequentemente não ter havido o respetivo pagamento que estava previsto. De qualquer forma, foi feito um pagamento extraordinário no final do ano ao FAM no valor de 520 mil euros. |
| 10 | 05 | | Empréstimos de curto prazo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 10 | 06 | | Empréstimos a médio e longo prazos | 98 117,35 | 196 234,69 | 97 914,06 | 195 999,85 | -203,29 | -0,21% | -234,84 | -0,12% | |
| 10 | 06 | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| | | | Realização do capital social do FAM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| | | | FAM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 10 | 06 | 05 | Administração pública central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 10 | 06 | 06 | Administração pública central - Serviços e fundos autónomos | 428 512,34 | 857 024,68 | 520 000,00 | 520 000,00 | 91 487,66 | 21,35% | -337 024,68 | -39,32% | |
| 11 | | | Outras despesas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| | | | Total das despesas | 6 346 135,24 | 12 377 862,97 | 9 479 946,91 | 18 100 883,38 | 3 133 811,67 | 49,38% | 5 723 020,41 | 46,24% | O desvio global desfavorável da despesa é de 5,72 milhões de euros face ao previsto em sede de PAM, no ano de 2021. Expurgando o pagamento de 1,85 milhões de euros constante na PRD - Passivos contingentes e que foi efetuado utilizando o desembolso da tranche do empréstimo de assistência financeira, o desvio reduz-se para os 3,87 milhões de euros, compensado pelo desvio favorável verificado na receita total. Este desvio deve-se essencialmente ao aumento verificado nas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital. A execução global da despesa foi de 18,1 milhões de euros. |

| Capítulo | Grupo | Artigo | Sub-artigo | Designação | Receita Estimada para o 2º semestre de 2021 no âmbito do PAM | Receita Estimada Acumulada para o ano de 2021 no âmbito do PAM | Execução Orçamental da Receita no 2º semestre de 2021 | Execução Orçamental da Receita Acumulada no ano de 2021 | Desvio da Execução face ao estimado no PAM | | | | Observações/Justificações |
|----------|-------|--------|------------|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------|---------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | | | | | | 2º semestre de 2021 | | Ano 2021 | | |
| | | | | | | | | | Valores absolutos | % | Valores absolutos | % | |
| Total | Total | Total | Total | | | | | | | | | | |
| | | | | Receitas correntes | 6 261 546,90 | 12 019 712,90 | 8 058 756,49 | 14 658 133,36 | 1 797 209,59 | 28,70% | 2 638 420,46 | 21,95% | As receitas correntes arrecadadas no ano de 2021 foram 2,63 milhões de euros superiores às previstas no PAM, salientado-se o acréscimo de 2,17 milhões de euros nos impostos diretos e 536 mil euros nas transferências correntes. A execução do ano ascendeu a 14,6 milhões de euros em receitas correntes. |
| 01 | | | | Impostos Diretos | 3 529 290,26 | 6 617 290,26 | 5 200 039,19 | 8 796 264,98 | 1 670 748,93 | 47,34% | 2 178 974,72 | 32,93% | Os impostos diretos apresentaram um desvio favorável face ao previsto no PAM em cerca de 1,67 milhões de euros no 2º semestre de 2021. No total do ano, o desvio situou-se nos 2,17 milhões de euros positivos. Para este acréscimo contribuiu essencialmente a arrecadação de IMT, bem superior à previsão do PAM. |
| 01 | 02 | 02 | | IMI | 2 815 785,47 | 4 775 785,47 | 2 616 890,41 | 4 712 465,77 | -198 895,06 | -7,06% | -63 319,70 | -1,33% | Decréscimo na receita arrecadada de IMI no 2º semestre de 2021 de 198 mil euros face à estimativa PAM. Em termos acumulados, verificou-se um desvio negativo de 63 mil euros. |
| 01 | 02 | 03 | | Imposto único de circulação | 153 283,82 | 349 283,82 | 188 184,91 | 400 594,45 | 34 901,09 | 22,77% | 51 310,63 | 14,69% | Aumento na receita arrecadada de IUC no 2º semestre de 2021 de 34 mil euros face à estimativa PAM. No total do ano, o aumento situou-se nos 51 mil euros. |
| 01 | 02 | 04 | | IMT | 414 338,00 | 1 324 338,00 | 2 226 389,90 | 3 507 625,06 | 1 812 051,90 | 437,34% | 2 183 287,06 | 164,86% | Dos impostos diretos, o IMT foi o que registou, no ano de 2021, o maior desvio positivo face ao previsto no PAM. A arrecadação foi superior em 1,8 milhões de euros no 2º semestre de 2021 face ao estimado no PAM e no total do ano foi superior em 2,1 milhões de euros. Este imposto tem natureza mais imprevisível que os outros, pois tem por base o comportamento da atividade de transações no domínio do imobiliário. |
| 01 | 02 | 05 | | Derrama | 145 880,97 | 167 880,97 | 168 573,97 | 175 579,70 | 22 693,00 | 15,56% | 7 698,73 | 4,59% | Acréscimo na receita da derrama no 2º semestre de 2021 no valor de 22 mil euros face ao estimado no PAM. No exercício de 2021, o aumento situou-se nos 7 mil euros. |
| 01 | 02 | 07 | | Impostos abolidos | 2,00 | 2,00 | 0,00 | 0,00 | -2,00 | | -2,00 | | |
| 01 | 02 | 99 | | Impostos diretos diversos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 02 | | | | Impostos indiretos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | Os impostos indiretos não apresentam execução. Com o SNC-AP foi revogado o classificador económico previsto no POCAL no que respeita à contabilização das taxas específicas da Administração Local. O registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, passa a ocorrer no capítulo 04 - Taxas, multas e outras penalidades. Assim, o valor inicialmente previsto no PAM, para a rubrica Impostos Indiretos, que ascende a 304,3 mil euros, foi realocado para a rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades. |
| 04 | | | | Taxas, multas e outras penalidades | 332 034,91 | 609 034,91 | 247 489,75 | 458 052,99 | -84 545,16 | -25,46% | -150 981,92 | -24,79% | Decréscimo na arrecadação de receita de taxas, multas e outras penalidades face à estimativa do PAM em cerca de 150 mil euros no ano de 2021. Conforme supra mencionado, devido à alteração de metodologia de registo dos Impostos Indiretos e das Taxas, Multas e Outras Penalidades, não tida em conta na previsão do PAM, ao abrigo do preconizado no SNC-AP, conjugado com as orientações da DGAL, foi realocado para esta rubrica o valor inicialmente previsto no PAM, para Impostos Indiretos, que ascende a 304,3 mil euros. |
| 05 | | | | Rendimentos da propriedade | 212 923,35 | 411 923,35 | 122 482,83 | 454 467,81 | -90 440,52 | -42,48% | 42 544,46 | 10,33% | Arrecadação inferior face ao estimado no PAM na receita de rendimentos de propriedade no 2º semestre de 2021 de 90 mil euros. Em termos acumulados, o desvio é favorável e situou-se nos 42 mil euros. |
| 06 | | | | Transferências correntes | 1 992 133,33 | 3 989 299,33 | 2 283 236,80 | 4 525 440,98 | 291 103,47 | 14,61% | 536 141,65 | 13,44% | Arrecadação superior face à estimativa do PAM em 291 mil euros no 2º semestre de 2021. No acumulado, o desvio é positivo em cerca de 536 mil euros. Esta variação é explicada pela transferência de competências na área da Educação no âmbito da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. |
| 06 | 03 | 01 | 01 | Fundo de Equilíbrio Financeiro | 1 423 998,23 | 2 847 994,23 | 1 348 509,00 | 2 697 015,00 | -75 489,23 | -5,30% | -150 979,23 | -5,30% | Este decréscimo no FEF corrente face ao previsto no PAM tem como contrapartida a receita de capital (FEF - artigo 35º). Aquando da elaboração do PAM esta nova repartição do FEF ainda não era conhecida. |
| 06 | 03 | 01 | 02 | Fundo Social Municipal | 98 178,87 | 196 354,87 | 93 128,00 | 186 254,00 | -5 050,87 | -5,14% | -10 100,87 | -5,14% | Arrecadação ligeiramente inferior à estimado no PAM na receita de FSM. |
| 06 | 03 | 01 | 03 | Participação fixa no IRS | 236 992,78 | 473 986,78 | 274 969,00 | 549 931,00 | 37 976,22 | 16,02% | 75 944,22 | 16,02% | Arrecadação superior face ao estimado no PAM na receita de PIRS. |
| 06 | 03 | 01 | 99 | Outros | 232 963,45 | 470 963,45 | 566 630,80 | 1 092 240,98 | 333 667,35 | 143,23% | 621 277,53 | 131,92% | Arrecadação superior face à estimativa do PAM no 2º semestre de 2021 em 333 mil euros. No acumulado, o desvio positivo foi de 621 mil euros. Este aumento tem origem na transferência de competências na área da Educação no âmbito da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. |
| 07 | | | | Venda de bens e serviços correntes | 119 572,02 | 248 572,02 | 157 828,58 | 287 637,29 | 38 256,56 | 31,99% | 39 065,27 | 15,72% | Acréscimo da arrecadação de receita de venda de bens e serviços correntes no 2º semestre de 2021 face ao estimado no PAM em 38 mil euros. No total do ano, o desvio é praticamente o mesmo do semestre, situando-se nos 39 mil euros. |
| 08 | | | | Outras receitas correntes | 75 593,03 | 143 593,03 | 47 679,34 | 136 269,31 | -27 913,69 | -36,93% | -7 323,72 | -5,10% | Arrecadação inferior em 27 mil euros em outras receitas correntes face ao estimado no PAM no 2º semestre de 2021. No acumulado, o desvio é negativo mas em cerca de 7 mil euros. Face ao estimado no PAM. |
| | | | | Receitas de capital | 250 139,00 | 509 139,00 | 934 014,94 | 3 949 087,13 | 683 875,94 | 273,40% | 3 439 948,13 | 675,64% | Acréscimo das receitas de capital face ao estimado no PAM no 2º semestre de 2021 de 683 mil de euros. No acumulado do ano, o desvio é positivo na ordem dos 3,4 milhões de euros, consequência do desembolso de tranche do empréstimo de assistência financeira e dos recebimentos das participações comunitárias em projetos co-financiados. |
| 09 | | | | Venda de bens de investimento | 72 003,00 | 154 003,00 | 307 900,00 | 310 659,40 | 235 897,00 | 327,62% | 156 656,40 | 101,72% | A venda de bens de investimento teve uma execução no 2º semestre de 2021 acima das estimativas do PAM, verificando-se assim um desvio favorável de 235 mil euros. Em termos acumulados, o desvio mantém-se positivo, mas na ordem dos 156 mil euros. |
| 10 | | | | Transferências de capital | 169 000,00 | 338 000,00 | 626 114,94 | 1 788 427,73 | 457 114,94 | 270,48% | 1 450 427,73 | 429,12% | Acréscimo das transferências de capital face ao estimado no PAM no 2º semestre de 2021 de 457 mil euros. No total do ano, o desvio é ainda mais favorável em cerca de 1,45 milhões de euros. A maior incidência deste aumento verificou-se nos recebimentos das participações comunitárias em projetos co-financiados. |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|----|----|----|---------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 10 | 03 | 01 | 01 | Fundo de Equilíbrio Financeiro | 153 000,00 | 306 000,00 | 149 836,00 | 299 668,00 | -3 164,00 | -2,07% | -6 332,00 | -2,07% | Ligeiro decréscimo na receita do FEF capital. |
| 10 | 03 | 01 | 05 | Artigo 35º - FEF | 0,00 | 0,00 | 118 343,00 | 236 675,00 | 118 343,00 | | 236 675,00 | | Este valor de receita de capital (FEF - artigo 35º) não estava previsto no PAM. Este acréscimo compensa a diminuição no valor recebido do FEF corrente. |
| 10 | 03 | 01 | 99 | Outros | 16 000,00 | 32 000,00 | 9 999,98 | 20 000,00 | -6 000,02 | -37,50% | -12 000,00 | -37,50% | Arrecadação inferior em 6 mil euros no 2º semestre de 2021. No acumulado, o desvio foi de 12 mil euros. |
| 10 | 03 | 07 | | Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 347 935,96 | 1 232 084,73 | 347 935,96 | | 1 232 084,73 | | Arrecadação superior em 347 mil euros no 2º semestre de 2021 face ao estimado no PAM. No acumulado do ano, a arrecadação foi superior face à estimativa do PAM em cerca de 1,23 milhões de euros. Importa referir que no PAM não foi considerado qualquer valor de participações financeiras nacionais ou comunitárias. |
| 11 | | | | Ativos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| 12 | | | | Passivos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 850 000,00 | 0,00 | | 1 850 000,00 | | O valor recebido na rubrica Passivos Financeiros resulta do desembolso de uma tranche do empréstimo de assistência financeira do FAM, constante na PRD - Passivos Contingentes. |
| 13 | | | | Outras receitas de capital | 9 136,00 | 17 136,00 | 0,00 | 0,00 | -9 136,00 | -100,00% | -17 136,00 | -100,00% | O valor estimado a receber no ano de 2021 não ocorreu. |
| 15 | | | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | |
| Total das receitas | | | | | 6 511 685,90 | 12 528 851,90 | 8 992 771,43 | 18 607 220,49 | 2 481 085,53 | 38,10% | 6 078 368,59 | 48,51% | Verificou-se uma cobrança de receita global superior à estimativa no PAM para o de 2021 na ordem dos 6 milhões de euros. Deste valor, 1,85 milhões de euros resultaram do desembolso do empréstimo de assistência financeira e expurgando este valor, o desvio situa-se nos 4,22 milhões de euros. A execução orçamental ascendeu aos 18,6 milhões de euros, tendo contribuído para isso o aumento nos recebimentos do IMT, das participações financeiras do FEDER e as verbas recebidas relativas à transferência de competências na área da educação. |

Anexo 5 - Pessoal ao Serviço do Município - Ano de 2021

| | Nº de Trabalhadores | | | | | | | | Observações/Justificações |
|--------------------------------------------|-----------------------------------|--------------|------------|----|--------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---------------|---------------------------|
| | Previsão FAM | | | | Execução Município 2021 | | | | |
| | Nº colaboradores no final de 2020 | 2021 | | | Nº de colaboradores no final de 2021 | Nº de colaboradores no final de 2021 | Variação em valor absoluto | Variação em % | |
| Aposentações | | Contratações | Caducidade | | | | | | |
| Pessoal ao serviço | 171 | 5 | 22 | 22 | 166 | 196 | 30 | 18,07% | |
| Pessoal ao serviço - Prestação de Serviços | 35 | 0 | 0 | 0 | 35 | 69 | 34 | 97,14% | |
| Pessoal afeto à área da educação (*) | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 | 56 | 48 | 600,00% | |
| Total | 214 | 5 | 22 | 22 | 209 | 321 | 112 | 53,59% | |

(*) Apenas o pessoal cujos custos são suportados pelo Ministério da Educação

Anexo 6 - Stock e Sustentabilidade da Dívida - Ano de 2021

| | | 2021 | | | | Observações/Justificações |
|----|----------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | Prevista no PAM para 31/12 | Valores apurados para 31/12 (provisórios) | Desvios face ao estimado pelo FAM | | |
| | | | | Valores absolutos | Valores % | |
| 1 | DÍVIDA TOTAL (1=2+11) | 31 838 580 | 32 058 770 | 220 190 | 0,69% | A dívida total do município regista um ligeiro acréscimo de 155 mil euros face ao previsto no PAM (+0,49%). De salientar que o Município recorreu ao desembolso de uma tranche do empréstimo do FAM, constante na PRD-Passivos Contingentes no valor de 1,85 milhões de euros no âmbito da sentença condenatória ao município referente ao processo 1347/16.0 BELRA-A – Ecoambiente. |
| 2 | Dívida do Município (2=3+4+...+10) | 31 838 580 | 32 058 770 | 220 190 | 0,69% | |
| 3 | Dívida a fornecedores | | | | | |
| 4 | Dívida a fornecedores curto prazo | | | | | |
| 5 | Dívida a fornecedores ML prazo | | | | | |
| 6 | Dívida Bancária | 985 691 | 1 068 620 | 82 929 | 8,41% | Relativamente à dívida bancária, verifica-se que está dentro do previsto no PAM. A diferença é residual. |
| 7 | Curto prazo | 0 | 0 | 0 | 0,00% | |
| 8 | Médio e longo prazo | 985 691 | 1 068 620 | 82 929 | 8,41% | |
| 9 | Dívidas ao Estado | | | | | |
| 10 | Dívida a outras entidades | 30 852 889 | 30 990 150 | 137 261 | 0,44% | |
| 11 | Dívida de Entidades Participadas (11=12+13+...+19) | | | | | |
| 12 | Dívida a fornecedores | | | | | |
| 13 | Dívida a fornecedores curto prazo | | | | | |
| 14 | Dívida a fornecedores ML prazo | | | | | |
| 15 | Dívida Bancária | | | | | |
| 16 | Curto prazo | | | | | |
| 17 | Médio e longo prazo | | | | | |
| 18 | Dívidas ao Estado | | | | | |
| 19 | Dívida a outras entidades | | | | | |